



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LECENCIATURA EM HISTÓRIA

FERNANDO LUÍS RECH

**POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E USOS DO PASSADO NO MOVIMENTO
SEPARATISTA “O SUL É O MEU PAÍS” (1992-2017)**

CHAPECÓ
2017

FERNANDO LUÍS RECH

**POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E USOS DO PASSADO NO MOVIMENTO
SEPARATISTA “O SUL É O MEU PAÍS” (1992-2017)**

Trabalho de pesquisa apresentado ao curso de Licenciatura em História como requisito para aprovação na disciplina de Seminário Temático de Conclusão de Curso II.

Orientador: Dr. Ricardo Machado

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Rech, Fernando Luís
POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E USOS DO PASSADO NO MOVIMENTO
SEPARATISTA "O SUL É O MEU PAÍS" (1992/2017)/ Fernando
Luís Rech. -- 2017.
61 f.:il.

Orientador: Ricardo Machado.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História , Chapecó, SC, 2017.

1. Separatismo. 2. Identidade. 3. Memória. 4. Sul. I.
Machado, Ricardo, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.



**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às vinte e uma horas nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos professores: **Prof. Ricardo Machado (Orientador)**, **Prof. Fernando Vojniak (Avaliador)** e **Profª. Renilda Vicenzi (Avaliadora)**. O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo acadêmico **Fernando Luis Rech** sob o título: *Políticas identitárias e usos do passado no movimento separatista "o sul é o meu país" (1992-2017)*, 9,0 sendo considerado APROVADO.

Chapecó - SC, 30 de novembro de 2017.

Prof. Ricardo Machado- Orientador

Prof. Fernando Vojniak – Avaliador 1

Profª. Renilda Vicenzi - Avaliadora 2

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial aos meus pais Adilson e Ivone, aos meus irmãos Cláudia e Renan e à minha namorada Estela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos que me incentivaram durante esta caminhada.

A esta universidade, direção, administração e seu corpo docente, durante a minha formação, em especial, ao professor orientador Ricardo Machado, que com sua compreensão, orientação, e incentivo auxiliou para que esse trabalho se concretizasse.

Aos professores Daiane Machado e Délcio Marquetti, os quais ministraram as disciplinas de Seminário Temático de Conclusão de Curso, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho discute como o movimento separatista O Sul é o Meu País investe discursivamente em uma concepção de identidade e tradição e suas implicações no uso da memória para legitimar uma secessão do Estado brasileiro. A retórica dos impostos pagos sem retorno para a região e a falta de representatividade são argumentos muito presentes nos materiais do movimento. No entanto, acreditados que para compreendermos historicamente a existência do movimento, é preciso enfrentar perguntas que dizem respeito a própria narrativa que o movimento “O Sul é o meu país” construiu sobre si mesmo nas últimas décadas. Nossa hipótese se sustenta na afirmação de que a emergência de um regime de historicidade presentista trouxe para a ordem do tempo disputas políticas firmadas no passado, sobretudo reivindicando categorias ligadas a problemas identitários. O movimento O Sul é o Meu País sustenta sua posição política através de uma narrativa histórica que produz processos de diferenciação e afirmação da branquitude e identidade sulista associada a uma história regional que se legitima na exaltação de valores éticos e estéticos ligados ao trabalho e a poupança. As fontes que foram utilizadas para a pesquisa são jornais, revistas e livros do próprio movimento.

Palavras chave: Memória. Separatismo. Identidade. Tradição. Sul.

ABSTRACT

The present work discusses how the separatist movement “*O Sul é o Meu País*” invests discursively in a conception of identity and tradition, as well as, its implications in the use of memory to legitimize a secession of the Brazilian State. The rhetoric of taxes paid without return to the region and the lack of representativeness are arguments very present in the materials of the movement. However, we believe that in order to understand the existence of the movement historically, we must face questions that relate to the very narrative that the movement “The South is my country” has built upon itself in the last decades.

Our hypothesis is based in affirmation that the emergence of a regime of presential historicity brought to the order of time political disputes established in the past, especially claiming categories linked to identity problems. The movement “*O Sul é o Meu País*” sustains its political position through a historical narrative that produces processes of differentiation and affirmation of whiteness and southern identity associated with a regional history that legitimates itself in the exaltation of ethical and aesthetic values linked to work and savings. The sources that were used for the research are newspapers, magazines and books of the movement itself.

Keywords: Memory. Separatism. Identity. Tradition. South.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Rio Grande do Sul não pertence mais ao Brasil.....	20
Figura 02 – Capa do livreto do Partido da República Farroupilha.....	24
Figura 03 – Panfleto divulgação da consulta popular 2016.....	28
Figura 04 – Charge.....	33
Figura 05 – Revista Sul Livre.....	42
Figura 06 – Divulgando o movimento.....	43
Figura 07 – Verso do Livro “O Sul é o Meu País”	44
Figura 08 – Pesquisa Gesul 2011.....	48
Figura 09 – Pesquisa Gesul 2013.....	49
Figura 10 – Pesquisa Gesul 2014.....	49
Figura 11 – Estátua Anita Garibaldi.....	51
Figura 12 – Sementes de Araucária.....	52
Figura 13 -Capa do livro “O Sul é o Meu País”.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	USOS DO PASSADO, SEPARATISMO NO BRASIL E “O SUL É O MEU PAÍS”.....	14
2.1	CRISE, MEMÓRIA E PRESENTISMO	22
3	QUE SUL É ESSE?BRANQUITUDE E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA....	34
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	FONTES.....	58
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil surgiram movimentos de cunho separatista que visavam pôr em questão a unidade política e territorial brasileira. No século XIX quando a nacionalidade ainda estava em processo de constituição, aconteceram movimentos dessa natureza sob argumentos distintos em diferentes regiões do território nacional, no Sul do Brasil, por exemplo, a denominada Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um destes movimentos. No entanto, ao longo do século XX a questão da unidade nacional parece ter encontrado relativa estabilidade. Por isso, parece-nos no mínimo raro a emergência dessa discussão nas décadas finais do século XX através de mobilizações e discursos públicos identificados com o slogan “O Sul é o Meu País”.

Nessa perspectiva, nos propomos a problematizar como o movimento separatista O Sul é o Meu País, fundado em 1992, investe discursivamente em uma concepção de identidade e tradição, bem como, suas implicações no uso da memória. O tema do trabalho nos surgiu quando percebemos a grande divulgação do grupo, principalmente nas redes sociais no ano de 2016, de maneira que buscamos refletir a respeito dos elementos que organizam o pensamento separatista presente nos próprios materiais de divulgação do movimento.

Por um lado, mesmo que se reconheça que é preciso distinguir opiniões relativas à questão e ao próprio movimento, não há como negar a presença no cotidiano de interpretações que levam aquela que se apresenta como a solução para distintas questões políticas: O sul deve se separar? Por outro lado, os opositores do movimento tendem a diminuir sua importância ou mesmo explicá-lo simplesmente como fruto da ignorância ou falta de conhecimento histórico. Nesses termos, essa pesquisa definiu-se a partir do princípio de que o movimento O Sul é o Meu País não deve e não pode ser subestimado e que deve ser compreendido como um fenômeno político e cultural de importância significativa que emergiu nas últimas décadas.

Nesses termos, não buscamos defender a legitimidade da secessão, muito menos tomar a unidade nacional como algo natural que deve ser sacralizado por expressões patrióticas, mas nos interessa compreender a curiosa emergência do movimento e sua relação com as transformações políticas e culturais do final do século XX. Por isso, não nos interessa colocar esse movimento, O Sul é o Meu País, em continuidade com os movimentos separatistas do século XIX, por entender que se trata de um fenômeno de outra natureza, justamente por enfrentar questões socialmente distintas. É isso que o torna um objeto interessante para a discussão dos historiadores. Aqui não buscaremos enfrentar a questão que chamaremos de

retórica dos impostos e da representação política, mesmo ela estando presente em grande parte das entrevistas e dos materiais dos materiais divulgados pelo próprio grupo. Além dessa questão já ter sido debatida por outros pesquisadores, retomá-la exigiria uma abordagem metodológica ligada à história econômica e política. Nesta pesquisa nos interessa demonstrar que esses argumentos apesarem de estar na superfície do fenômeno, ele não é o mais importante. Defendemos que os aspectos identitários, logo, culturais, são na verdade o que explica a emergência e consolidação do movimento em parte da população residente nos estados do Sul.

A dificuldade inicial foi justamente encontrar as fontes para o desenvolvimento de tal análise, já que não há um arquivo organizado com documentos relativos ao movimento. Para isso, optamos por entrar em contato com os membros do grupo, visando ter acesso a qualquer material. Assim, após conseguirmos estabelecer alguns contatos com membros da organização para saber sobre a viabilidade de se elaborar uma pesquisa a respeito, obtivemos respostas significativas de alguns dos integrantes, principalmente o secretário da organização, Celso Deucher¹. Através de troca de mensagens, Deucher se dispôs a selecionar alguns documentos que possuía para nos enviar como o “Jornal do Movimento”, criado pelos separatistas logo após seu registro legal. Foram enviados cinco exemplares aleatórios, que datam de 1993 a 2004 e apresentam informações relativas aos acontecimentos do grupo, como assembleias, depoimentos, gráficos, charges, anúncios publicitários, entre outros. Importante salientar que, todos os documentos físicos que chegaram até nós, se deram através da seleção do próprio grupo. O que não nos foi fornecido pelo movimento foram as reportagens e notícias divulgadas na internet.

Obtivemos a revista “Sul Livre”, de 2007, sendo que esta é o primeiro exemplar do primeiro ano de circulação. O material panfletário que buscou divulgar o plebiscito ocorrido em outubro de 2016 chegou juntamente com os materiais acima explicitados, bem como um livro que traz a história do grupo. Outra fonte é o livro “O Sul é o Meu País”, de Celso Deucher, que descreve a trajetória do movimento, de 1992 a 2016 apresentando os principais marcos do grupo e destacando para a realização de uma consulta popular no ano de 2016. A análise desta fonte levará em conta os argumentos que se associam a respectiva “identidade

¹Na orelha do livro “O Sul é o Meu País” do qual Celso Deucher é autor, encontra-se uma pequena biografia. Deucher é natural de Bom Retiro – SC, mas reside na cidade catarinense de Brusque. Possui formação em Técnico em assistência comunitária pelo Instituto São João Batista Vianei de Lages – SC. Pelo Seminário Filosófico de Santa Catarina, em Brusque, cursou Filosofia. Possui graduação em História pela Uniasselvi e é pós-graduado em História da África pela mesma instituição. Atua como professor de História, Geografia, Filosofia e Sociologia desde 1998. Também trabalha como jornalista, é escritor e pesquisador. Lançou 23 obras nas áreas de literatura, pesquisa histórica, geografia, filosofia e direito internacional (DEUCHER, 2016).

sulina” apresentada pelos separatistas, a narrativa histórica da organização e as perspectivas do grupo em relação a secessão. A fonte ainda conta com vários documentos oficiais dispostos no apêndice do livro e que sustentam o próprio livro e a narrativa nele empregada².

Para pensarmos a respeito deste fenômeno utilizaremos como suporte teórico os usos do passado, tomando como ponto de partida “os usos e abusos da memória”, de Paul Ricoeur, para compreendermos o fenômeno separatista dos estados do Sul do Brasil, pois as fontes nos remetem a pensar a forma que se utilizam da memória, para procurar dar legitimidade à separação.

Outra perspectiva que nos auxiliará a pensar o referido grupo, e conseqüentemente o discurso do movimento separatista é a de François Hartog (2013). Apropriando-se de um da hipótese do presentismo e a noção de regimes de nos auxiliará a analisar o discurso e a refletir acerca dos argumentos utilizados pelo movimento O Sul é o Meu País na busca da secessão.

O ano de 2016 foi um marco importante da história do movimento, pois foi nele que os separatistas realizaram a primeira consulta popular informal³, para contabilizar os números e analisar se uma secessão de parte do território nacional seria possível e também aceita pelos estados do sul. Para tanto, a imprensa escrita nacional dedicou espaços em suas páginas antes e depois do plebiscito.

A consulta foi abordada pela “Folha de São Paulo”, que destacou, em fins de julho, que o movimento almejava realizar a consulta no dia 02 de outubro de 2016, mesmo dia das eleições municipais. Nessa matéria, uma representante do grupo, Anidria Rocha, relatou ao jornal a intenção de se colocar as urnas do grupo próximas das urnas eletrônicas que estavam dispostas para as eleições municipais. Na ocasião, o historiador Tau Golin, também foi questionado pelo jornal a respeito da consulta e afirmou se tratar de um “movimento antibrasileiro” por querer uma secessão devido à “pluralidade” desta nação.⁴

O site G1.com também abordou, no mês de Julho do ano de 2016, a proposta da realização de um plebiscito para o mês de outubro. A página destacou que a consulta à população sulina seria informal, sendo que se buscava saber o que “pensa a população do Rio

²DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016. No apêndice deste livro encontram-se vários documentos do movimento, também documentos nacionais e inclusive internacionais que, corroboram com os argumentos dos separatistas sulinos. Dentre eles podemos citar o Discurso de fundação do movimento O Sul é o Meu País, Carta de Princípios do movimento, Manifesto libertário, Proclamação de Piratini, Carta ao ministro da Justiça, Projeto de União Sul-Brasileira, Declaração de Direitos do Povo Sul-Brasileiro, Nota Oficial: Viva o Tibet Livre, Carta a ONU, Comunicado da Comissão Nacional do Movimento O Sul é o Meu País, entre outros.

³Ibid., p. 202.

⁴GRUPO organiza plebiscito para separar o Sul do resto do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de julho de 2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1795060-grupo-organiza-plebiscito-informal-para-separar-o-sul-do-resto-do-brasil.shtml>> Acesso em 20 de Abril de 2017.

Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná sobre a proposta organizada pelo movimento O Sul é o Meu País”.⁵ Na reportagem, Anidria Rocha apresentou novamente a data do dia 02 de outubro para o pleito.

No entanto, a data para a realização do primeiro plebiscito do grupo teve seu dia antecipado. O jornal “A Folha de São Paulo” publicou, no dia 01 de outubro, uma informação a respeito da mudança do dia da realização do ato. Segundo a Folha, os separatistas foram impedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TER-SC) de realizar a consulta, pois o desembargador do órgão estadual Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu impediu que o ato fosse realizado. Segundo ele a consulta “poderia atrapalhar as eleições e era uma tentativa de desmembrar o território nacional, o que é crime”. Para além desta notícia, na mesma página, um dos representantes do movimento, Celso Deucher, apontou a respeito da expectativa da votação que aconteceria em cerca de 500 cidades dos três estados do Sul, totalizando aproximadamente 1500 urnas.⁶ A pergunta elaborada para o dia, 01 de outubro de 2016, foi a seguinte: “Você quer que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formem um país independente?”⁷ e as opções de voto, segundo o site “G1.com”, eram “sim” e “não”. Para a realização do processo foram utilizadas cédulas de papel e o resultado da consulta foi disponibilizado pelo site “G1.com” que apresentou resultados significativos para os organizadores do evento. Os números da consulta foram: 590.664 votos favoráveis contra 26.253 votos contrários, 95,74% contra 4,26% respectivamente. Mesmo não atingindo um milhão de pessoas como haviam planejado os organizadores,⁸ os números serviram de base para a organização desenhar um mapa a respeito da aderência à causa em cada estado, sendo que foram mais de 616 mil votantes nos três estados.

Em 2017, o Movimento organizou uma nova consulta popular para o dia 07 de outubro. O site “G1.com” concedeu espaço em sua página na internet e destacou que os organizadores pretendiam colher de dois a três milhões de votos, tendo em vista que cerca de

⁵ VASCONCELLOS, Hygino. Em plebiscito, grupo separatista vai consultar população do RS, SC e PR. **G1.Globo.com**. 26 De julho de 2016. Disponível em <www.g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/07/em/plebiscito-grupo-separatista-vai-consultar-populacao-do-rs-sc-e-pr.html> Acesso em 19 de Abril de 2017.

⁶ SPERB, Paula. Separatistas fazem neste sábado plebiscito informal para criar país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de outubro de 2016. P. Poder A5. Disponível em <<http://www.acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=o+sul+é+o+meu+país&site=&periodo=acervo&x=o&y=0>> Acesso em 20 de Abril de 2017.

⁷ CONSULTA sobre separação do Sul do resto do país tem 95% de ‘sim’. **G1.Globo.com**. 05 de outubro de 2016. Disponível em <g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/10/consulta-sobre-separacao-sul-do-resto-do-pais-tem-95-de-sim.html> Acesso em 21 de abril de 2017.

⁸ Ibid.

900 municípios estariam recebendo urnas para a votação, número superior a consulta anterior no ano de 2016⁹.

A pergunta elaborada para o dia foi a mesma da consulta do ano anterior, contudo os resultados de 2017, segundo o site do movimento, foram de 96,26% de votos “sim” contra 13.623 votos “não”, totalizando 364.256 votos¹⁰, não atingindo as metas esperadas pelos organizadores.

Deste modo, chegamos a alguns pontos interessantes a respeito deste fenômeno. Seria possível compreender essa crise como um sintoma do Presentismo? Os usos do passado, como da memória, não estão equivocados a ponto de se tornarem abusos? O fortalecimento do movimento transmite uma ideia da branquitude que é reforçado pela exaltação de valores éticos e estéticos como o trabalho a religiosidade e a poupança através da história da imigração? A crise das identidades nacionais pode ser um meio para explicar uma secessão?

Buscando problematizar este fenômeno, organizamos o presente trabalho em dois capítulos. No primeiro capítulo, o trabalho tratará de fazer um breve histórico acerca do separatismo no Brasil, inserindo o movimento “O Sul é o meu País” e as implicações nos usos e abusos da memória, tendo em vista que há uma luta política marcada por uma narrativa do passado na qual estão evidentes a República Rio-grandense e a República Juliana, ambas oriundas da Revolução Farroupilha (1835-1845). Os sentidos de crise, presentes nas fontes, também são um ponto destacado pelo movimento, que emergiu em fins da década de 1980, que coincide com o fim da URSS, e de outro fenômeno, a globalização. O segundo capítulo, está voltado para questões ligadas a identidade, das quais a imigração, as tradições, a religiosidade e os símbolos apresentados pelo movimento na região Sul são evidenciados. Uma questão pertinente para o segundo capítulo é: que Sul é esse?

⁹ GRUPO separatista organiza novo plebiscito sobre independência do RS, SC e PR. **G1.Globo.com**. 03 de outubro de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/grupo-separatista-organiza-novo-plebiscito-para-consultar-populacao-sobre-independencia-do-rs-sc-e-pr.ghtml> Acesso em: 10 de novembro de 2017.

¹⁰ Em nota, o movimento O Sul é o Meu País declarou que não obteve os resultados esperados na consulta de 2017, contudo destacou para o grande número de assinaturas colhidas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), cerca de 330 mil. Buscam atingir 1% da população votante dos três estados, que representam mais de 21 milhões até maio de 2018. Disponível em <<https://www.sullivre.org/nota-oficial-resultados-finais-e-avaliacao-do-plebisul-2017/>> Acesso em 08 de Novembro de 2017.

2 USOS DO PASSADO, SEPARATISMO NO BRASIL E “O SUL É O MEU PAÍS”

Para pensarmos sentidos e analisar quais os argumentos presentes no discurso do movimento separatista O Sul é o Meu País, trabalharemos com o que apresenta Paul Ricoeur, no que toca os usos e abusos da memória. Muitos dos argumentos que buscam legitimar o movimento destacam uma história que remonta a séculos passados, como o século XVIII e o século XIX.

Desta forma, nos interessa discutir a memorização, tomando o conceito de Ricoeur, pois os documentos produzidos pelo grupo visitam o passado. Para ele a memorização:

[...] consiste em maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer de tal modos que estes sejam fixados que permaneçam disponíveis para uma efetuação, marcada do ponto de vista fenomenológico, por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade (RICOEUR, 2007, p. 73).

As manifestações criadas pelos indivíduos no presente podem ser baseadas nos acontecimentos do passado, por exemplo, o tradicionalismo Gaúcho, que busca no passado sua inspiração. Segundo Ricoeur, essa memória pode sofrer com excessos “[...] em que as oportunidades do mau uso aumentarão na medida da ambição de domínio exercida sobre o processo inteiro de memorização. Porque é mesmo nessa ambição de domínio que reside a possibilidade de resvalar do uso para o abuso” (2007, p.73). Em outras palavras, o que buscamos é uma análise acerca do discurso do grupo na intenção de verificar se para além do uso há também o abuso da memória.

No que toca a identidade, Paul Ricoeur (2007, p. 94) descreve que o problema central é “[...] a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, reivindicação de identidade”, pois a memória pode ser frágil, no sentido de que pode ser manipulada. Nesses termos, a fragilidade se encontra nas respostas às perguntas acerca da própria “identidade proclamada e reclamada”.

Para Ricoeur (2007, p.94), a fragilidade da identidade inicia-se através da difícil relação com o tempo, que necessita e justifica o uso da memória. “A [...] causa de fragilidade é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça. É um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós como a do eu”. Outra causa de fragilidade em relação a identidade é a “herança da violência fundadora” (2007, p.95), que através de um Estado de direito legitima e favorece celebrações a atos violentos, como revoltas ou revoluções.

Retomemos o período Colonial e Imperial brasileiro, em que agitações questionavam a unidade territorial e o sistema imperial, sobretudo durante a Regência, período marcado por muitas revoltas.

No século XVIII, no atual estado de Minas Gerais, ocorreu um movimento de cunho separatista, a Inconfidência Mineira. Liderado, entre outros por Tiradentes, o movimento inspirou-se sobretudo na independência norte-americana de 1776, mas foi em 1789 que o levante ocorreu, mesmo ano em que iniciou a Revolução Francesa. Segundo Manuel Correia de Andrade (1999, p. 56), a conspiração mineira partiu das classes mais abastadas – mineradores – da região como forma de impedir que os atrasados impostos fossem cobrados através da derrama, devido ao avançado esgotamento das minas de ouro que não conseguiam mais suprir as taxas cobradas pela Coroa Portuguesa. Assim, se a derrama fosse executada acabaria levando as classes ricas à falência. Após as denúncias, os conspiradores foram presos, punidos e sentenciados, contudo a sentença saiu a um homem, Tiradentes, que pagou com a vida.¹¹ Esse episódio, a Inconfidência Mineira, foi revivido quando buscavam uma figura que retratasse e desse sentido para a República “[...] pois a idealização dos heróis era regra da estética comtiana”.¹²

No artigo “Diariamente enforcam Tiradentes”, publicado no livro *O sul é o Meu país*, os líderes retomam o episódio da Inconfidência mineira. Para eles, o feriado de Tiradentes¹³ é um marco de contradição, pois “[...] um dia por ano, se homenageia a memória libertária de Tiradentes e nos demais dias do ano suprem a liberdade de quem luta pelos mesmos ideais de liberdade e de autodeterminação”.¹⁴ Para Deucher:

O ex-ministro da Justiça Maurício Corrêa, em maio de 1993, ao atacar os movimentos seccionistas do Sul, estava enforcando Tiradentes novamente. Fazendo

¹¹ ANDRADE, Manuel Correia de. **As Raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. O livro “As Raízes do separatismo no Brasil”, publicado no ano de 1999, faz um apanhado dos movimentos separatistas no território compreendido hoje como o Brasil. Inicia seu livro fazendo destacando para o fenômeno da globalização. Na sequência discorre sobre o contingente indígena, o contingente europeu branco, negro e oriental. Logo em seguida, descreve os movimentos de cunho separatista que teriam se iniciado no território em 1640, quando Amador Bueno teria sido aclamado rei de São Paulo por ocasião da restauração portuguesa. Perpassa por todos os acontecimentos desta natureza, separatista, do período Colonial, até chegar em fins do século XX, onde destaca a emergência do movimento separatista alvo de discussão neste trabalho, o movimento O Sul é o Meu País.

¹² CARVALHO, José Murilo de, **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 71.

¹³ O feriado de Tiradentes foi instituído por lei em 1965, durante a ditadura militar pelo presidente Castelo Branco, declarando-o Patrono cívico da nação brasileira, embora muito antes, no dia 21 de abril de 1926, o governo republicano tentou declarar feriado (CARVALHO, 1990. p. 71). Com o objetivo de buscar um herói para o Brasil, a figura de Joaquim José da Silva Xavier foi a figura mais cotada para o título. Joaquim José da Silva Xavier foi morto e esquartejado pelo crime de lesamajestade.

¹⁴ Texto: Diariamente enforcam Tiradentes. Na ocasião, dia 21 de abril de 2003, Celso Deucher escreve um manifesto devido a comemoração do feriado nacional, pois Tiradentes morreu lutando pela causa libertária, e foi acolhido como herói posteriormente (DEUCHER, 2016, p. 286).

coro com o sistema que representava, pregava a democracia e ambigualmente, reprimia a liberdade de expressão e de pensamento.

A Rede Globo, quando proíbe seus veículos de publicar matérias que questione o centralismo e autoritarismo de Brasília, enforca Tiradentes novamente. Toda semana temos mandado matérias e notícias aos grandes meios de comunicação para serem publicadas. A cada um destes atos que tentam contra a liberdade de pensamento e de expressão, estão novamente enforcando Tiradentes.

[...] Dezenas de exemplos da ambiguidade do sistema poderíamos narrar: aprisionam e enforcam as ideias, reverenciam os algozes e fazem homenagens póstuma às suas vítimas (DEUCHER, 2016, p. 286-287).

Para o grupo, que critica o feriado de 21 de abril, utilizado para dar sentido e legitimar a República na busca de um herói ou mito, a data é contraditória, pois para o movimento, a chamada Inconfidência Mineira seria uma autêntica forma de separatismo, da qual Joaquim José da Silva Xavier fora integrante e buscava uma separação assim como O Sul é o Meu País. “Ninguém é capaz de reconhecer que ele jamais lutou pelo Brasil. Foi exatamente contra o Brasil (que era Portugal) que ele se imolou em prol da separação da sua Pátria, Minas Gerais” (DEUCHER, p. 287).

Após a Proclamação da República, em 1889, debateu-se sobre a criação de um herói nacional, para representar o “novo regime” quando “a aceitação de Tiradentes veio, assim, acompanhada de sua transformação em herói nacional, mais do que em herói republicano”(CARVALHO, 1990, p. 71). Nesses termos, para o movimento, há uma insatisfação frente à data, onde a República reconhece Tiradentes como um herói nacional, o que para os separatistas sulinos é desagradável, pois o intento de separar não lhes é permitido devido às Cláusulas Pétreas, neste caso a primeira¹⁵. Contudo, o movimento desconsidera os processos pelos quais a figura de Tiradentes acabou sendo representada, como um mártir. “O patriota virou místico” (CARVALHO, 1990, p. 68), pois “[...] morreu como vítima, como portador das dores do povo” (1990, p. 67). José Murilo de Carvalho (1990, p. 70) aponta que “Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro”

Além da Inconfidência Mineira ocorrida no final da década de 1780, houve na Bahia em 1798 outro levante que, segundo Andrade teve característica separatista, porém com um enfoque mais social, estando mais ligado ao ideal revolucionário francês que tinha por objetivo conseguir, além da independência, a abolição do tráfico negreiro e da escravatura, uma vez que em Salvador, local do levante, e em toda a Bahia, havia um contingente escravo

¹⁵Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

muito significativo (ANDRADE, 1999, p. 57). Esta revolta também é evidenciada e divulgada pelo *Jornal do Movimento*, o qual apresenta a *Conjuração Baiana*:

De caráter social e popular, a *Conjuração Baiana*, ou *Revolta dos Alfaiates*, explode em Salvador em 1798. Inspira-se nas idéias da *Revolução Francesa* e da *Inconfidência Mineira*, divulgadas na cidade pelos integrantes da loja maçônica *Cavaleiros da Luz*, todos membros da elite local – Bento de Aragão, professor, Cipriano Barata, médico e jornalista, o padre Agostinho Gomes e o tenente Aguilár Pantoja. O movimento é radical e dirigido por pessoas do povo, como os alfaiates João de Deus e Manuel dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens. Propõem a independência, a igualdade racial, o fim da escravidão e o livre comércio entre os povos.

A *conjuração baiana* tem a participação de escravos, negros libertos e pequenos artesões da capital baiana. Seu manifesto, afixado nas ruas em 12 de agosto de 1798, conclama o povo a um levante em defesa da *República Baiense*.¹⁶

Após estes acontecimentos que repercutiram durante o período colonial brasileiro, chega ao Brasil, em 1808, a *Família Real*. Como estratégia¹⁷ utilizam-se da colônia para refugiar-se da ameaça napoleônica. Contudo, a presença da *Família Real Portuguesa*, não faz com que cessem os movimentos separatistas brasileiros. Prova disso é que em março de 1817, em Pernambuco, se organizam “padres, militares, comerciantes, altos funcionários e uma pequena adesão de proprietários de terra” (ANDRADE, 1999, p. 62) com objetivo de se desprender do Brasil, na *Revolução Pernambucana*. Para tanto, prendem o governador da província e formam um governo republicano provisório que durou cerca de dois meses. A forte repressão organizada pelo governo, com sede no Rio de Janeiro na época, enforcou boa parte dos conspiradores. Para Andrade (1999, p. 62-63), este acontecimento foi de “maior importância” que a *Inconfidência Mineira* e que a *Conjuração Baiana*, pois conseguiu efetivar, mesmo que por curto período, um governo provisório ao molde republicano.

Esse episódio da *Revolução Pernambucana* foi destacado pelo *Jornal do Movimento*:

O mau desempenho da indústria açucareira no início do século XIX mergulha Pernambuco em um período de instabilidade. Distantes do centro do poder, a presença da corte no Brasil traduz-se apenas em aumento de impostos e faz crescer a insatisfação popular contra os portugueses.

Denunciando o movimento, o Governador Caetano Pinto manda prender os envolvidos.

De posse da cidade, os rebeldes organizam o primeiro governo brasileiro independente, baseado na representação de classes, e proclamam a *República*.

¹⁶A UNIDADE Nacional e as Manifestações por Autonomia. *Jornal do Movimento: Conjuração Baiana*. Edição número 22 – Março de 1995. P. 06.

¹⁷Para Schwarcz, a saída da capital lusitana representou uma “saída estratégica”, e talvez a única que poderia salvar a *Família Real* de ser massacrada por Bonaparte. O que desencadeou tal conjuntura foi a quebra com o Bloqueio Continental instituído por Napoleão no Velho Mundo para que não se comercializasse mais com sua inimiga, a Grã Bretanha. Portugal não cumprindo com o tratado é ameaçado e chega ao ponto da fuga para sua colônia, o Brasil. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

Enviaram emissários aos Estados Unidos, Inglaterra e região platina para pedir o reconhecimento do novo governo.¹⁸

Novamente, um momento de instabilidade social na então província de Pernambuco, foi utilizado para evidenciar o propósito do grupo, de legitimar o argumento da secessão.

Mesmo após a independência brasileira, em 1822, a ideia de secessão não foi sepultada. Depois de formulada a Constituição, em 1824, outro movimento teve propósito de colocar em cheque a questão dos limites brasileiros, a Confederação do Equador. Para Andrade (1999, p. 67), as ideias “republicanas francesas estavam bem difundidas entre os grupos dominantes no Norte do Brasil”. Com a ideia de separar cerca de seis províncias do Império, mas com origem na pernambucana, “os líderes do movimento não falavam em federação, mas em confederação, talvez imitando o processo que ocorreu nos Estados Unidos”. Assim, como forma de fugir dos atos centralizadores impostos pelo imperador d. Pedro I na primeira Constituição, foi elaborada pela confederação outra Carta, apenas para a região compreendida pela confederação, na qual extinguiu o poder Moderador (1999, p. 68), que tinha poder de intervir sobre os outros três poderes, pois, como não se tratava mais de uma monarquia não haveria necessidade deste poder. Contudo, a Confederação do Equador não conseguiu efetivar seus ideais e o objetivo de separar não se concretizou. Deucher (2016, p. 285), no livro “O Sul é o Meu País”, aponta que Caneca foi “um Mártir” da luta separatista no Brasil, um dos líderes da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, preso e fuzilado devido ao seu envolvimento com a causa separatista.

Para Celso Deucher, os líderes de movimentos brasileiros que buscavam separar partes do território foram criminalizados pelos seus atos, contudo, posteriormente vieram a ser heróis da nação. Assim, destaca em poucas linhas que antecede o texto, “Diariamente enforcam Tiradentes”, sua indignação para com o Estado brasileiro frente aos que defendiam a ideia separatista nos séculos XVIII e XIX.

[...] é uma crítica ao sistema e ao Estado brasileiro. A nota deixa claro que no Brasil, primeiro se matam as vítimas, depois as transformam em heróis e até cultuam suas memórias. Aconteceu com Tiradentes, com Anita Garibaldi, com Frei Caneca e com tantos outros mártires de seus povos. A todos o Brasil perseguiu e quando conseguiu, matou e até esquartejou, jogando sal em suas propriedades para que ali nada mais pudesse nascer (DEUCHER, 2016, p. 285-286).

Nesse aspecto, percebemos que há uma insistência do movimento O Sul é o Meu País na busca pelo passado para legitimar o movimento. Para Hartog e Revel (2001, apud LOPES,

¹⁸A UNIDADE Nacional e as Manifestações por Autonomia. **Jornal do Movimento**: Revolução Pernambucana – 1817. Edição número 22 – Março de 1995. P. 06

2011, p. 53) “[...] sobre seus “heróis”, os usos políticos do passado “formam uma poderosa arma para se criar uma representação convincente”, através de sujeitos que marcaram a história do Brasil, sobretudo indivíduos que militaram em prol da causa separatista.

Nesses termos, no que toca o esforço do movimento separatista Sul brasileiro na busca pela legitimidade de seus argumentos no passado, enaltecendo revoltas para reafirmar a ideia seccionista, encontramos de maneira clara e aberta a possibilidade de discutir essas idéias dispostas nas fontes como “usos e abusos da memória”.¹⁹ Mesmo se tratando de questões diferentes em contextos políticos distintos, os separatistas fazem uso de recortes do passado e juntam com a realidade para sustentar seu argumento.

Outro momento de instabilidade do Brasil e que deixou sensibilizada a configuração geopolítica do Estado foi o período compreendido como Regencial – 1831-1840. Segundo Andrade (1999, p. 70), nesse momento, d. Pedro I deixa o país e vai a Portugal e ascende ao poder seu filho, Pedro de Alcântara, porém impedido de governar devida sua menoridade, cinco anos, fica estabelecido uma regência que perduraria até o Golpe da Maioridade em 1840.

A falta de confiança do povo na Regência Trina, que assumiu o poder logo após a abdicação de Pedro I, associada à crise econômica que atingia todo o império, além das frustrações da população com as medidas governamentais e as divergências existentes, deram lugar a uma fase de grande instabilidade política e de lutas durante todo o período regencial – 1831-1840 -, prorrogando-se até aproximadamente 1849, quando foi sufocada a Revolução Praieira, última grande revolta com apoio popular do período imperial (ANDRADE, 1999, p. 70-71).

Para Andrade (1999, p. 72), no período regencial, ainda não havia uma preocupação com “o sentimento de brasilidade”, pois “os problemas locais e provinciais eram bem mais preocupantes que os problemas propriamente nacionais”.

Para Albuquerque Júnior a

[...] ascensão ao trono, de modo prematuro, de D. Pedro II, que surge como única solução possível diante da ameaça de dissolução da unidade territorial brasileira (...) fruto das revoltas de cunho separatista ou federalista que emergiram durante o período das regências, onde governos interinos exercidos por membros da elite brasileira aguardam a maioria do príncipe herdeiro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 43-44).

Além de “construir e organizar” o Estado com a coroação de D. Pedro II, foi pensada a construção da nacionalidade, marcando a “construção simbólica e discursiva da

¹⁹ RICOEUR, Paul. Da Memória e da Reminiscência. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2007, p. 71-104.

nacionalidade brasileira” através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – como forma de “traçar um projeto para o país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 44-45), numa busca pela construção da identidade do que viria a ser o indivíduo brasileiro.

No que diz respeito às revoltas regenciais, a Revolução Farroupilha se destaca no discurso do movimento O Sul é o Meu País, uma vez que se passou no território onde atualmente está inserido o grupo que utiliza a Revolução como argumento.

Figura 01 – Rio Grande do Sul não pertence mais ao Brasil

Pág. 03

RS não pertence mais ao Brasil desde 1835

Embora já seja de direito uma República, o Rio Grande do Sul vem buscando agora a sua definitiva separação através da iniciativa de gaúchos insatisfeitos com o tratamento do Governo Federal. A idéia é conseguir para o estado tudo aquilo que não se consegue obter para o Brasil.

O ideal separatista é no Rio Grande do Sul, uma questão histórica que, se ainda não se concretizou, tem exatamente na História a sua explicação legal para continuar existindo. O estado é, desde de 1835, uma República, e o Tratado de Ponche Verde, em 1845, que deu fim à Revolução Farroupilha, não incluía a reanexação do território ao Brasil. Daí a bandeira e o brasão do estado trazerem a inscrição "República Rio Grandense", além do hino gaúcho retratar a comemoração da independência da República.

A estrutura já existente facilitaria o atendimento às necessidades básicas da população, sem perda de recursos, hoje imperativos por ordem do Governo Federal.

Para o deputado Hélio Musskopf, o separatismo vem ganhando impulso à medida em que se agrava a discriminação do Governo Central para com a região Sul. Existem hoje, mais de 20 movimentos no Sul, com o objetivo mínimo de atrair para a região mais atenção do Governo Federal.

Hélio Musskopf vem discutindo com os movimentos separatistas a melhor forma de encaminhamento do trabalho. Ele já fez parte do Conselho Deliberativo do "O Pampa é o meu país", mas abandonou o grupo por divergências com Irton Marx, causadas principalmente por manifestações de cunho racista atribuídas a Marx. Agora Musskopf, embora não participe formalmente de nenhum grupo, acompanha o movimento com adesão total. Para ele, é fundamental unificar os grupos existentes para fortalecer a luta pela secessão.

A vinculação do nome Irton Marx ao separatismo, após todas as críticas feitas a ele, tem aliado a condenação do homem à condenação da própria idéia. Para Hélio Musskopf, a existência de líderes de maior penetração daria o impulso final necessário ao separatismo.

Segundo ele, é clara a aprovação da secessão na população, como demonstram as pesquisas na região que ele representa na Assembléia Legislativa, o Vale do Taquari. Em Teutônia, Carlos Barbosa e Garibaldi,

estudos da Pop Marketing, que faz parte do jornal Folha Popular, indicam números favoráveis ao separatismo de cerca de 70% da população.

Para o deputado, se não for possível a divisão, se buscará, ao menos, na reforma constitucional, a mudança da representatividade política no Congresso, que vem favorecendo, ao longo dos anos, os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ele conclui que o que se busca é um país sério, que tenha condições de exigir do povo que seja honesto, pois é capaz de dar esse exemplo. E a idéia é iniciar este país pelo Sul.



Fonte: Jornal do Movimento. Ano II – Edição número 15 – Janeiro/Fevereiro de 1994, p. 03.

Nota: Recorte onde o grupo afirma que desde 1835 o estado do Rio Grande do Sul não pertence ao território brasileiro.

A Guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha – 1835-1845 – teve significativa importância, principalmente por se tratar de uma batalha que custou muito ao governo imperial, seja pela sua longa duração, pelo volume de tropas ou pela ameaça que o território apresentava devido a disputa e a “contestação castelhana” (ANDRADE, 1999, p. 75) desde o

século XVII. Como aponta Andrade (1999, p. 76), a Revolução Farroupilha teria ocorrido principalmente pela exacerbada especulação no setor fiscal e pela escolha que o Poder Central havia feito ao indicar representantes provinciais que não eram bem aceitos pelo povo. O dia 20 de Setembro de 1835 foi o marco inicial da revolução com a tomada da capital, Porto Alegre, e os liberais rio-grandenses optam pela “[...] defesa de ideias republicanas em um Brasil Monárquico” (PESAVENTO, 2009.p.235). Meses depois, em setembro de 1836 proclamam a República Rio-Grandense, tornando a província de São Pedro independente do restante do império brasileiro.

Segundo Luvizotto (2009, p. 64), o movimento não se restringiu somente a província rio-grandense, na época província de São Pedro, sendo que em 1839, as tropas Farroupilhas lideradas por David Canabarro com ajuda do mercenário Garibaldi, tomam laguna com objetivo de conseguir mais uma saída para o mar, para “sustentar a República”, onde proclamam a República Juliana. Contudo, esta consegue se manter por menos de dois meses devido a ineficiência do novo presidente da província, Canabarro, e aos ataques das tropas imperiais (2009, p. 64).

A guerra dos Farrapos só teve fim após a assinatura da “Paz de Poncho Verde”, tratado esse que findava os conflitos e reintegrava o território do Rio Grande do Sul a parte compreendida ao Império brasileiro em 01 de março de 1845, ficando Caxias como presidente da província (2009, p. 65). Esse acontecimento é utilizado nas narrativas do movimento que se dedica a retomar acontecimentos do passado para justificar uma secessão, criando festividades em alusão a data da tomada de Porto Alegre, contudo, isto é tema de discussão no próximo capítulo.

Os usos do passado se tornam evidentes no discurso de Adílzio Cadorin, presidente do movimento na época, durante o “II Congresso Independentista”, ocorrido em Laguna em Julho de 1992, no qual busca na história regional a Guerra dos Farrapos e da República Juliana para afirmar a “exploração ocorrida” durante aquele período - década de 1830 e 1840 – e assimilar com o sistema Federativo vigente, o qual possui deficiências administrativas.

A Guerra dos Farrapos, exemplo ainda em nossa história, braço que construiu a república do Piratini, a despeito de todo o sangue derramado em lutas que duraram dez longos anos, foi insuficiente para alertar nossa federação de que necessitamos de maior autonomia legislativa e que nossa capacidade de suportar elevadas cargas tributárias tem um derradeiro limite.

A saga da República Juliana, de onde emergiu para o mundo a figura ímpar de Anita Garibaldi, a heroína de dois mundos, foi insuficiente para servir de alerta de que

somos um povo que rejeita a exploração, os governos despóticos e não convive com a imoralidade administrativa.²⁰

Os marcos históricos que o movimento O Sul é o Meu País apresenta, buscam sustentar o discurso, muitas vezes, nos acontecimentos do passado. Nesse sentido Paul Ricoeur aponta que:

É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros (2007, p. 95).

[...] Torna-se assim possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia. Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história apreendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história apreendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (2007, p. 98).

Portanto, há como perceber a relação que o grupo faz entre passado e presente na busca pela memória para legitimar sua afirmação em acontecimentos relacionados com a história regional, assimilando, sem considerar outras perspectivas relativas aos sujeitos e aos respectivos momentos históricos. O que identificamos é uma tomada desses acontecimentos com uma visão puramente separatista em cada período e desconsiderar as verdadeiras intempéries pelas quais os sujeitos daqueles tempos lutavam. Desta forma, colocar movimentos separatistas de diferente períodos ao lado do movimento O Sul é o Meu País, pode ser um equívoco.

Ainda assim, a curiosa emergência deste fenômeno em fins do século XX, momento de grandes acontecimentos que impactaram no ordenamento das nações no mundo pode ter influência – como a globalização, o fim da União Soviética, as independências de outras nações, entre outros, - e nos aproximar do fenômeno Sul brasileiro para uma análise mais detalhada.

2.1 CRISE, MEMÓRIA E PRESENTISMO

²⁰Discurso de Fundação do Movimento “o Sul é o Meu País”. In: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016, p. 217.

O surgimento de um movimento separatista no Brasil nas duas últimas décadas do século XX, com o *slogan* O Sul é o Meu País, traz consigo questões interessantes a serem discutidas, das quais podemos citar, como ponto de partida, o argumento de que “o Brasil não deu Certo”. Nesse sentido, o movimento não assimila uma ascensão dos estados sulinos no recorte político e geográfico que se apresenta atualmente, pois o Estado brasileiro estaria desfavorecendo o Sul:

A premissa central da militância dessa histórica epopéia é que “o Brasil não deu certo”, avançando um pouco: não deu, não dá, nem nunca dará certo. Todavia não se limita a esses dois lustros a demonstração desta verdade. Os próprios “festejados quinhentos anos do descobrimento” não suficientes e claros como a luz solar para concluir nessa direção. Nem mesmo os ingênuos esforços da mídia servil ao “Sistema” conseguiram convencer e desmanchar a verdade. A tentativa de doutrinação das “mil maravilhas” foi levada águas abaixo. Ninguém acreditou nas mentiras.

Despiciendo é recordar e reproduzir números e estatísticas amplamente divulgadas “lá fora” – malgrado o silêncio ou pouco destaque dado pela mídia interna – que o Brasil ocupa as últimas e mais vexatórias posições, na classificação mundial, em questão como desigualdade social, concentração de renda, corrupção e criminalidade. Esse quadro nefasto é apontado por organizações internacionais idôneas. Sem dúvida é uma posição incômoda que envergonha qualquer pessoa ou povo frente a si mesmo e principalmente ante a comunidade internacional. Nem mesmo o “endeusamento” dos ídolos esportivos da mídia foi capaz de esconder essa vergonha.

Mas nunca se cogite, por esse registro, que a intenção seria livrar o Sul desta maldita pecha. Ele é afetado do mesmo modo. A doença é generalizadora. O sangue que corre nas veias da federação está irreversivelmente contaminado. Só há um remédio: o desmanche da federação mediante a autodeterminação dos seus povos.

Simplificadamente, isto significa que o Sul e todas as outras regiões são vítimas e ao mesmo tempo autores, no mínimo em cumplicidade com Brasília, da estupidez consagrada como preceito constitucional pétreo, pelo qual se amarram entre si os diversos povos que integram a chamada República Federativa do Brasil, impedindo, pela pretensa indissolubilidade da união, que cada um desses povos pense e decida sobre o próprio destino. Nesse sentido a federação nega aos seus povos prisioneiros o direito de pensar o futuro com a própria cabeça e percorrê-lo com suas próprias pernas.²¹

Em 1986 o advogado Sérgio Alves de Oliveira publicou o livro “A Independência do Sul”.²² Este é considerado por Deucher a gênese do que viria a ser mais tarde o movimento “O Sul é o Meu País”. Nele, algumas das ideias da separação do Sul, e que atualmente aparecem no movimento, foram elaboradas e discutidas pelo autor. Segundo Deucher, Oliveira “estabeleceu as bases para a defesa do novo separatismo Sulista, pela via da

²¹ Manifesto Libertário escrito em agosto de 2000. In: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016, p. 233-234.

²²O livro “A Independência do Sul” publicado em 1986, é citado como ponto de partida nas discussões referentes a fundação de um movimento, que na época ainda não possuía um nome, mas que já organizava ideias para uma possível separação do Sul.

legalidade” (DEUCHER, 2016, p. 52), utilizando de artigos da Constituição Federal para embasar suas ideias. Para Sérgio Alves de Oliveira:

Se é tida como válida a emancipação de municípios e de Estados membros, qual o motivo de não se estender esse mesmo direito a regiões que desejam formar um novo Estado soberano? Se é possível ao indivíduo, a qualquer momento, desligar-se das sociedades humanas, o que é consagrado inclusive na Constituição, como deixar de reconhecer o direito de secessão? (OLIVEIRA, 1986, p.61).

Na cidade de Lages em Santa Catarina e em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, os adeptos ao separatismo começaram a se reunir e fundaram um partido político separatista em 1990, o Partido da República Farroupilha. Na imagem abaixo, encontra-se o livreto que contém as ideias relativas as propostas do partido que buscava “[...] sustentar os ideais de autodeterminação do Sul” (DEUCHER, 2016, p. 51).

Figura 02 – Capa do livreto do Partido da República Farroupilha.



Fonte: PRF – Partido da República Farroupilha: Apresentação, Manifesto, Programa. Porto Alegre: Comissão Diretora Nacional Provisória, dezembro de 1990.

Nota: A cartilha contém as ideias e propostas do partido separatista.

Na figura (02) há o registro da capa do livreto do Partido da República Farroupilha, publicado em dezembro de 1990, sem editora. Na capa podemos identificar uma imagem

alusiva a um pássaro, buscando vincular a ave (o seu vôo) com a liberdade no horizonte. As cores expressas na imagem, verde, amarelo e vermelho, são encontradas na bandeira do estado do Rio Grande do Sul.

Nessa cartilha, há uma apresentação que explica o objetivo do partido “[...] que é nacional” e que “[...] defende o direito de qualquer **REGIÃO** que tenha condições e **VONTADE** de emancipar-se do Brasil” (grifo do autor).²³

O Partido da República Farroupilha, que surgiu no Rio Grande do Sul com o objetivo de desmembrar exclusivamente o estado gaúcho, apresenta o argumento de que o tamanho de um país considerado desenvolvido não deveria ser muito extenso, uma vez que, dificultaria a organização, como é o caso da Federação brasileira, que “não deu certo”. Assim, utilizam a Europa como exemplo. Outro argumento disposto na cartilha do partido é o da desigualdade na produção e arrecadação, e que, com a independência, o que fosse produzido e recolhido ficaria dentro da pequena delimitação, sendo, portanto, mais fácil de ser administrado.

O postulado central do **PRF** é que “O Brasil não deu certo”, estabelecendo fórmulas científicas que possibilitem o desenvolvimento e prosperidade dos povos regionais. O Partido contesta os que dizem que os Países devem ter grande extensão territorial. Cita como exemplo, a própria Europa, que é forte justamente por ter muitos Países organizados em cima de territórios menores. Os vínculos positivos existentes entre os Países da comunidade europeia são imensamente superiores aos vínculos que ligam os Estados-federados brasileiros entre si. Se o Rio Grande, por exemplo, fosse um país da Europa, não um Estado-federado brasileiro, as suas riquezas produzidas não sofreriam tamanha vazão. Elas “se perdem” nos descaminhos dessa Federação falida. Usufruir dos benefícios das próprias riquezas produzidas é direito de qualquer povo e qualquer cidadão. Romper os entraves é direito.²⁴

A estrutura do partido foi pensada para que este pudesse atuar dentro da legalidade, encontrando caminhos para afirmar sua legitimidade na Constituição brasileira:

Tratando de **DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS**, a Constituição do Brasil estabelece no artigo 5º que “é livre a manifestação do pensamento...” (inciso IV); que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença...” (inciso VI); que “ninguém será privado de direitos por motivos de... convicção filosófica ou política...” (inciso VIII); que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de censura ou licença” (inciso IX); que “é plena a liberdade de associação...” (inciso XVII); que “as entidades associativas ... têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente” (inciso XXI) (grifo do autor).²⁵

²³PRF – Partido da República Farroupilha: Apresentação, Manifesto, Programa. Porto Alegre: Comissão Diretora Nacional Provisória, dezembro de 1990, p.01.

²⁴PRF – Partido da República Farroupilha: Apresentação, Manifesto, Programa. Porto Alegre: Comissão Diretora Nacional Provisória, dezembro de 1990, p.02.

²⁵ Ibid., p. 04-05.

Para reforçar a luta e conseguir registro oficial do partido, buscaram referencial na política internacional, que possuía “teorias que presidem o Nascimento dos Estados”.²⁶ Deste modo, afirmam estarem amparados em cinco teorias, as quais guiavam o partido, o livre arbítrio dos povos, dos princípios das nacionalidades, teoria das fronteiras naturais, teoria do equilíbrio internacional e a doutrina de conveniência²⁷.

Para cimentar as propostas, o partido que buscava registro oficial ainda dispunha de outro argumento que remonta ao século XIX, ao da bandeira do estado gaúcho. Esta que foi criada juntamente com o hino do estado durante o período em que o ocorria a Revolução Farroupilha, período esse em que a província do Rio Grande do Sul proclamou-se independente do restante do Brasil. Para tanto destacam que “a própria bandeira rio-grandense diz que somos a **REPÚBLICA RIO-GRANDENSE**. Queremos esse **DIREITO** reconhecido não só na **BANDEIRA**, mas também nas **LEIS** e perante a comunidade internacional” (grifo do autor).²⁸ Nesse aspecto, percebemos o primeiro sintoma da necessidade de buscar no passado argumentos para dar legitimidade ao partido. Contudo, no mesmo ano em que foi fundado o partido, o tribunal regional eleitoral não permitiu seu registro, colocando-o na ilegalidade (DEUCHER, 2016, p. 53).

Segundo Deucher, após a tentativa de legalizar um partido com ideais separatistas, o grupo buscou outros meios para que as propostas pudessem ser debatidas. Em 1992, criaram por meio de uma Organização Não Governamental, o movimento cujo registro permanece até o momento²⁹ (DEUCHER, 2016, p. 53).

Em 1994, o movimento buscou aprovar uma consulta popular na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A proposta teve como objetivo aprovar a realização de um plebiscito em 1995, na intenção de implantar uma confederação - mesmo modelo adotado pelos Estados Unidos, onde as Unidades da federação possuem autonomia uma das outras em relação a legislação e a economia. Curiosamente a proposta foi aprovada por unanimidade pelos deputados catarinenses³⁰ e publicada no “Diário da Assembleia Legislativa do Estado de

²⁶PRF – Partido da República Farroupilha: Apresentação, Manifesto, Programa. Porto Alegre: Comissão Diretora Nacional Provisória, dezembro de 1990, p. 07.

²⁷Ibid., p. 07-08.

²⁸Ibid., p. 08.

²⁹O movimento se tornou instituição sob o número 363, fls. 186 do Livro A-3, e inscrita no CGC-MF sob o número 80.961.337/0001-02, com sede na cidade de Laguna, Santa Catarina.

³⁰ Os deputados que votaram a favor da realização do Plebiscito para mudança do sistema de Federação para Confederação segundo o Jornal do Movimento Ano II – Edição N° 20 Laguna, Novembro/Dezembro de 1994 foram: Rivaldo Macari, Gilmar Knaesel, Antonio Ceron, Edson Bez de Oliveira, Gervásio José Maciel, Herneus João de Nadal, Ivan César Ranzolin, Joaquim Coelho Lemos, Luiz Suzin Marini, Nilton José Fagundes, Onofre Santo Agostini, Adelar Francisco Vieira, Vânio de Oliveira, Wilson Rogério Wan-Dall, Manoel Victor Cavalcante, Leodegar Tiskoski, Sidney Pacheco, Cairu Hack, Pedro Bittencourt Neto, Afonso Spaniol, Andronico

Santa Catarina” em Dezembro de 1994.³¹ O projeto foi apresentado por Adílzio Cadorin, líder do movimento separatista na época, aos deputados estaduais Vanio de Oliveira e Gilmar Knaesel, sendo este o responsável pela apresentação do projeto à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

A questão da realização de um plebiscito para se decidir pela permanência do regime Federativo ou mudança para o sistema de Confederação foi abordada pelo historiador Luiz Felipe Falcão, que critica duramente a ideia.

Levando-se em consideração essas assertivas, a simplicidade com que a fórmula da confederação é apresentada deixa transparecer a sua própria insuficiência, uma vez que não se mostra ancorada em nenhuma reflexão mais substantiva em torno de teorias de governo ou da cultura política vigente no país. Em lugar disto, a proposta é derivada de uma crítica superficial da ausência ou precariedade da autonomia que caracterizariam respectivamente o unitarismo e a federação, fazendo crer que a mera independência política, econômica e administrativa dos Estados viria a solucionar os graves problemas vividos pelo Brasil. Desta forma, a idéia de uma confederação acaba por configurar-se mais como uma singela panacéia para os males da sociedade brasileira, em especial a centralização exercida pelo governo federal, do que uma sugestão consistente de implementar mudanças nas estruturas e práticas políticas que têm vigorado no país, notadamente no que diz respeito ao exercício de uma plena cidadania (FALCÃO, 2000, p. 314)

Há que se pensar que a proposta de Confederação foi lançada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina por deputados que, supostamente deveriam representar a Federação brasileira, mas que se mostram contraditórios frente a sua posição, de representantes de uma região que faz parte da Federação da qual deveriam representar. Mesmo aprovada pelos deputados catarinenses a proposta foi barrada pelo Tribunal Regional Eleitoral (FALCÃO, 2000, p. 285).

No ano de 2000, o historiador Luiz Felipe Falcão já destacava para dois dos principais argumentos utilizados pelo movimento na intenção de separar. O primeiro é referente a arrecadação fiscal. O segundo, diz respeito a representatividade política, no sentido de favorecer os estados menos populosos.³² Esses dois fatores elencados pelo grupo são evidentes nas fontes:

Pereira Filho, Gelson Sorgato, Adir Cardoso Gentil, João Batista Mattos, José Celso Monatelli, Júlio César Garcia, Manoel Mota, Miguel Ximenes de Melo Filho, Nilson Simon Nandi, Noemi dos Santos Cruz, Otávio Gilson dos Santos, Reno Luiz Caramori, Udo Wagner, José Zeferino Pedrozo, Jair Silveira, Mário Roberto Cavalazzi, Idelvino Furlaneto, Miltom Mendes Oliveira, Vilson João Santin.

³¹ Resolução N° 85, publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, n° 4004, de 22 de dezembro de 1994; Jornal do Movimento, ano II, edição n° 20, Laguna, novembro/dezembro de 1994.

³² Em sua obra “Entre Ontem e Amanhã. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX” (2000). O trabalho é resultado de sua tese de doutorado, Luis Felipe Falcão faz uma interpretação do fenômeno sociocultural separatista sul brasileiro. Seu trabalho utiliza fontes como arquivos históricos de municípios, Jornais, revistas, folhetos e livros.

As verbas federais destinadas às várias regiões do país continuam a apresentar um quadro distorcido.

[...] O relatório já apresentado pela Comissão do Desequilíbrio Econômico comprova que os estados do Sul – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – estão longe de receber de volta o que produzem.³³

A arrecadação e retórica dos impostos pagos é um ponto em que os separatistas sulinos apresentam queixas em se baseando na Constituição Federal.

O franco desrespeito à regra constitucional de que “*todos são iguais perante a lei*”, permitindo que a representação na Câmara Federal e no Senado sejam criminosamente viciadas, fazendo com que um cidadão do Sul valha menos que um outro cidadão do Brasil (grifo do autor).³⁴

Figura 03 –Panfleto divulgação da consulta popular 2016

PLEBISCITO CONSULTIVO 2016

2 DE OUTUBRO DE 2016
TERÁS A CHANCE DE DIZER
SIM A INDEPENDÊNCIA!

Para isso deverás responder uma simples pergunta:
Você quer que o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul formem um país independente?

VOCÊ SABIA?
BRASÍLIA FICA COM QUASE **80%**
DOS NOSSOS IMPOSTOS!
Só em 2015 nós, Paranaenses, Catarinenses e Gaúchos pagamos mais de **R\$167 bilhões** à Brasília.
Destes, apenas **R\$34 bilhões** voltaram ao Sul, ou seja:
NOS LEVARAM MAIS DE R\$133 BILHÕES!

FONTE: www.portaldatransparencia.gov.br

Os dados de cada estado são:

Estado	Arrecadação	Retorno	Diferença	% Retorno
PR	R\$ 60,6 bilhões	R\$ 13,3 bilhões	-R\$ 47,2 bilhões	22,04%
RS	R\$ 60,9 bilhões	R\$ 13,1 bilhões	-R\$ 47,7 bilhões	21,59%
SC	R\$ 46,2 bilhões	R\$ 7,6 bilhões	-R\$ 38,5 bilhões	16,61%
TOTAL	R\$ 167,7 bilhões	R\$ 34,1 bilhões	-R\$ 133,5 bilhões	20,38%

Isso nunca irá mudar, pois no Brasil o Sul não possui representatividade política.

Região	Estados	Senadores	Deputados
Norte	7	21	65
Nordeste	9	27	151
Centro Oeste	4	12	41
Sudeste	4	12	179
SUL	3	9	77

O SUL É O MEU PAÍS
www.sullivre.org

Veja estes e outros dados e suas fontes no site do Plebiscito Consultivo 2016 em: <http://www.plebisul.org/porque-votar>

Fonte: Panfleto de divulgação da consulta popular realizada pelo do movimento O Sul é o Meu País em 2016.

Nota: O panfleto foi utilizado como meio de informar e destacar para a consulta popular informal.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã**. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora Univali, 2000, p. 285.

³³ O Sul Discriminado. **Jornal do Movimento**. Ano II, Edição número 15, Jan/Fev. 1994, p. 05.

³⁴ Fragmento retirado do material (panfleto) de divulgação do plebiscito de 2016.

O que se percebe nesses dois aspectos, é o modelo governamental que vigora e é criticado pelo movimento, tanto no sentido econômico no que toca a retórica, quanto em representatividade. Nesse sentido, a capital Federal é alvo de críticas pelo grupo.

Em entrevista ao Jornal “Diarinho” no mês do outubro de 2017, Celso Deucher argumentou acerca da arrecadação e representatividade, vejamos:

DIARINHO – Que outros argumentos o movimento têm que balizem a ideia do separatismo?

Celso – [...]. Vou dar um número. De 2011 a 2016, Brasília levou pra cima R\$ 800 bilhões. Devolveu pra nós R\$ 160 bilhões. Isso são números oficiais. Tão lá. Quem quiser ver, pega o Portal da Transparência e olha lá estado por estado. R\$ 800 bilhões devolveram 160. Ficaram com mais de R\$ 600 bilhões nossos. É muita grana. Isso faz com que as favelas de Itajaí, favelas em Brusque, que nós não tínhamos antes, comecem a crescer. Por quê? Porque falta dinheiro pra girar a questão local. A questão tributária é gritante. Nós queremos fazer o seguinte: inverte isso. A União fica com 160 e manda o restante pra nós. Por que não? Quem tem que cuidar de tudo somos nós. Mas tem uma outra coisa importante. Tu sabias que pelo fato de nascer em Santa Catarina tu vales, no mínimo, 28 vezes menos que outro cidadão do Brasil? O peso político, nosso, ele é muito pequeno em Brasília. Vou dar um exemplo. O José Sarney se elegeu senador da República com 152 mil votos [resultado de 2006. Sarney é do PMDB]. O José Simão, lá do Rio Grande do Sul, precisou de 1,8 milhão [Ele se refere ao senador Pedro Simon, também do PMDB, num resultado de 2006]. Na última eleição o Álvaro Dias (PR) teve que fazer 4,8 milhões de votos para se eleger Senador. [O candidato do PSDB recebeu cerca de 4,1 milhões de votos]. E um outro cara lá do Nordeste, não me ocorre o nome dele agora. Do norte, aliás. Com 90 mil votos o cara se elegeu senador. Quando ele tá lá, ele levanta a mão e representa um único voto. O meu que tem 4 milhões aqui atrás dele, levantando a mão, não representa um voto. Todas as votações nós vamos perder como cidadãos. [...] ³⁵.

Nesse sentido, é evidente a insatisfação do movimento O Sul é o Meu País com o modelo Federativo implantado no Brasil, em um momento de instabilidade política no Brasil e no mundo, o início da década de 1990, período caracterizados pelo fenômeno da globalização.

Para Stuart Hall (2006, p. 67) que descreve a respeito desse processo, sobretudo a partir dos anos de 1970, o fenômeno “[...] pode ser sintetizado sob o termo “globalização”, que [...] se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (p. 67). Nesses termos, Hall aponta para o fator da modernidade na globalização, no sentido de que os estados-nação não tiveram a autonomia que pretendiam e que o sistema capitalista contribui significativamente para isso (p. 68).

³⁵ Entrevista realizada pelo Jornal “Diarinho”, em 21 de out. de 2017 com Celso Deucher. Disponível em <<https://diarinho.com.br/noticias/entrevistao/celso-deucher-do-o-sul-e/>> Acesso em 01 de Nov. de 2017.

O fenômeno da globalização, discutido por Luiz Felipe Falcão³⁶ e Manuel Correia de Andrade³⁷ pode ter contribuído para uma ideia seccionista, aliado da dissolução da União Soviética. Andrade (1999, p. 18-19) aponta que a globalização não poderia conduzir “[...] à formação da aldeia global e da livre negociação entre os povos, ao contrário, levará as lutas étnicas, religiosas e econômicas, acentuando a força dos poderosos e dos ricos e a pobreza e a perda de autonomia dos pobres”. Assim, pondo em “[...] risco tanto as estruturas nacionais – soberania do Estado-Nação – como as estruturas sociais”.

A globalização, para Andrade (1999, p. 19), poderia provocar a “[...] acentuação da concentração da renda, do desemprego, da miséria, e o aumento do número de excluídos”, tendo em vista que os países que detinham maiores condições estruturais e econômicas certamente controlariam os países mais pobres. Esse fato ocasionaria graves problemas devido ao controle externo exercido nas economias relativamente menores em detrimento das maiores.

Para Falcão, a globalização é um dos fatores que possibilitam a emergência de um sentimento separatista, ao lado dos preconceitos sociais e regionais e da centralização política, retórica de impostos, crise econômica e perda de prestígio das instituições federais. Para o autor, o processo denominado globalização também apresenta “[...] evidências de um enfraquecimento dos Estados-Nação” (FALCÃO, 2000, p. 287).

A ideia de fragilização das estruturas dos Estados-Nação estão presentes nos dois autores, Andrade e Falcão. Para o primeiro, que trata do fenômeno dos séculos XVIII e XIX principalmente, essa fragilização busca “[...] demonstrar que há, nas ocasiões de crise, um aguçamento de sentimentos separatistas” (ANDRADE, 1999, p. 14). Já para o segundo, que descreve os movimentos seccionistas em fins do século XX, havia “[...] uma forte motivação imediata para a difusão e aceitação do separatismo naquelas circunstâncias, uma vez que o país atravessava um momento de grandes dificuldades, materializadas por uma grave crise econômica”.³⁸

Celso Deucher em entrevista ao jornal Diarinho:

DIARINHO – Na década de 90, o movimento separatista teve um momento de alta aqui no Sul. Mas a partir de 2000, quando a economia do Brasil engrenou, a proposta se apagou. Vivemos um momento de crise econômica novamente. Isso significa que o separatismo ganha força somente em momentos difíceis?
Celso – Faz sentido. Faz sentido... Não de todo. Mas faz sentido. Porque em 2000

³⁶FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã**. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora Univali, 2000.

³⁷ANDRADE, Manuel Correia de. **As Raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

³⁸FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã**. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora Univali, 2000, p. 26.

nós estávamos nos organizando. Nada chega assim e explode do nada, sem organização. Nós passamos aí quase 20 anos organizando o movimento. Município a município. Hoje nós estamos em 963 municípios do Sul, dos 1100. Isso aí demandou tempo, demandou formação de líderes, demandou o discurso[...]”³⁹.

Em entrevista para o G1.com, nas vésperas da segunda consulta que seria realizada em 2017 a representante do grupo Anidria Rocha destacou que “[...] o movimento separatista está crescendo cada vez mais e essa crise política e econômica do Brasil favorece essa nossa posição”.⁴⁰

A globalização, tratada por François Hartog (2013, p. 24) como “um tempo imperioso”, coincide com os grandes avanços tecnológicos “[...] apelando cada vez mais ao tempo real”. Como ponto de partida em seu trabalho, apresenta o projeto que a UNESCO, em 1972 buscou idealizar com a proteção do patrimônio mundial, tanto cultural como natural, na qual cresceria uma categoria, a da memória, e dentro desta, o grande investimento nos patrimônios.

A nova relação com o tempo que surge após a queda do Muro de Berlim, fez com que a categoria do presente se apresentasse de maneira significativa, a ponto de ser denominada de onipresente. Desta forma, para o autor, estaria se formando um novo regime de historicidade, o presentismo.⁴¹

Assim, para Hartog, a crise estaria vinculada ao intervalo da experiência (passado) e o da expectativa (futuro) que produz um sentido de imediatismo, este por sua vez, acaba produzindo sem que se perceba, narrativas históricas no mesmo momento em que os acontecimentos ocorreram. Em outras palavras, o imediatismo não conseguiria enxergar outro horizonte diante deste presente constante (HARTOG, 2013, p. 15).

A derrubada do Muro de Berlim aparece como um ponto importante no debate dos separatistas sulinos, que são contrários ao modelo socialista implantado, afirmando ser “maléfico”, e que teria “aprisionado” a população naquele sistema (DEUCHER, p. 24.). A partir desse acontecimento, a queda do Muro, que posteriormente desfez parte da União Soviética, o movimento toma exemplos de países que conseguiram sua independência, como a Checoslováquia, que formou dois novos países, as Repúblicas Tcheca e Eslovaca. O grupo se baseia em algumas medidas tomadas e segue se espelhando nos países que conseguiram sua independência recentemente como é o caso da Catalunha, na Espanha.

³⁹Entrevista realizada pelo Jornal “Diarinho”, em 21 de out. de 2017 com Celso Deucher. Disponível em <<https://diarinho.com.br/noticias/entrevistao/celso-deucher-do-o-sul-e/>> Acesso em 01 de Nov. de 2017.

⁴⁰ GRUPO separatista organiza novo plebiscito sobre independência do RS, SC e PR.. **G1.Globo.com**. 03 de outubro de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/grupo-separatista-organiza-novo-plebiscito-para-consultar-populacao-sobre-independencia-do-rs-sc-e-pr.ghtml> Acesso em: 10 de novembro de 2017.

⁴¹ HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In **Vária História**. Belo Horizonte, vol. 22, n.36: p.261-273, Jul/Dez 2006, p. 265.

O caso catalão chamou a atenção nas mídias, pois houve uma repressão violenta. Segundo a página do Jornal BBC Brasil na internet, durante o referendo na Catalunha, no dia 01 de outubro de 2017, houve repressão pelo governo espanhol que deixou cerca de 900 pessoas feridas. A página ainda destacou os números da consulta que chegou a “[...] 2 milhões de pessoas (43% do eleitorado) votaram sobre a separação. De acordo com cálculo do próprio movimento Catalão, 90% dos votantes foram a favor da independência. A região tem 7,3 milhões de habitantes.”⁴²

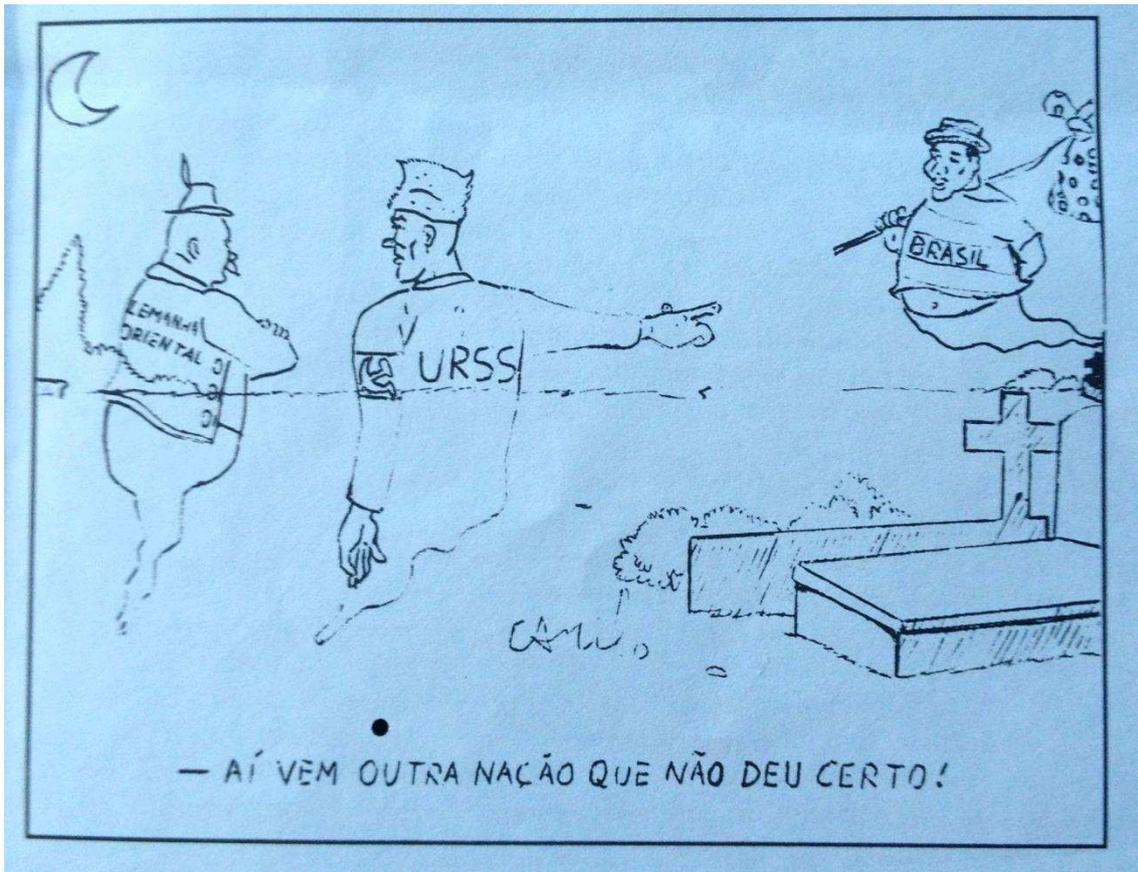
Em fins da década de 1980 e início da década de 1990, quando surge o movimento O Sul é o Meu País, o Brasil passava por uma crise econômica, envolvendo figuras políticas por denúncias de corrupção (DEUCHER, 2016, p. 26), associado ao cenário internacional, onde a dissolução da União Soviética apresentava um modelo aos separatistas sulinos. O cenário para a emergência de um grupo separatista sulino era favorável, pois são nessas ocasiões, de crise, que “[...] as forças centrífugas tornam-se mais fortes e trazem o perigo da desagregação” (ANDRADE, 1999, p. 33).

Esse episódio, o fim do Socialismo Real, foi retratado pelo “Jornal do movimento” que apresentava a morte da Alemanha Oriental e da URSS, que já haviam sucumbido. Na charge ambos estariam no aguardo do Brasil⁴³.

⁴² A Catalunha independente seria um país viável? **BBC Brasil**. 10 de outubro de 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41561722>> Acesso em 10 de novembro de 2017.

⁴³ FRANCO, J. Nascimento. Criminosa invasão da Chechênia. **Jornal do Movimento**. Ano II – edição n. 20. Novembro/dezembro de 1994, P. 07.

Figura 04 – Charge



Fonte: Jornal do Movimento, Ano II – Edição n° 20 – novembro/Dezembro de 1994, p.07.

Nota: A imagem faz alusão a chegada do Brasil para junto da Alemanha Oriental e da URSS em meados da década de 1990, após a queda do Muro de Berlim.

A partir da queda do muro de Berlim, Deucher (2016, p. 23) propõe uma teoria intitulada “Uma nova Primavera dos Povos”, na qual o autor afirma que irão surgir, nos próximos dois séculos, cerca de quatrocentos novos países através do “Direito de Autodeterminação do Povos”.

A crescente vinculação de notícias pelos meios de comunicação a respeito do cenário político brasileiro trouxe, principalmente na última década, associada a uma crise mundial, a instabilidade política e financeira do país ligadas a escândalos de corrupção, aliado a desconfiança institucional e ao crescimento de movimentos de direita, inclusive com manifestações que incitam a volta a ditadura, podem levar a busca por saídas, como o separatismo.

3 QUE SUL É ESSE? BRANQUITUDE E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

A Identidade de um povo implica diretamente o espaço que este ocupa, ou seja, “a experiência do espaço é sempre socialmente construída” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 37). Para Gupta e Ferguson (2000, p. 37), os sentidos dados aos espaços pelos sujeitos são criados, o que pode, ou não, definir ou gerar valor a um espaço para determinados grupos. Nesses termos, tomamos o espaço, no caso o Sul do Brasil, região em que o movimento separatista O Sul é o Meu País busca desmembrar, para tratarmos do espaço reivindicado pelo grupo e o seu discurso na busca pela secessão. Podemos destacar a imigração e a questão das tradições como um ponto de importância significativa na estruturação do movimento O Sul é o Meu País, que em seu discurso, trata como sendo um povo com uma cultura supostamente diferente do restante do país.

Desta forma, algumas questões precisam de atenção, principalmente àquelas relacionadas à identidade dos sujeitos. A imigração europeia, as tradições e o preconceito podem ser algumas explicações para o surgimento de manifestações de separatismo.

Mas quem seriam estes sujeitos que se denominam sulistas e acreditam que todos os que na região habitam possuem características semelhantes, ou seja, de uma cultura e povo praticamente homogêneo e que é favorável a separação? Nesses termos, pensamos justamente na associação criada pelo movimento O Sul é o Meu País que enfatiza questões relativas a identidade dos sujeitos da região Sul do Brasil, e que, evidencia nas fontes valores éticos e estéticos como as tradições, o trabalho, a disciplina, a religiosidade e a poupança

A questão geográfica para tentativa de secessão foi discutida por Sérgio Alves de Oliveira, em 1986, quando elencou teorias a respeito do separatismo, pelas quais apresentou algumas facilidades para separar, pois o Sul faz fronteira com o Brasil somente com o norte do Paraná, o que facilitaria o ato, diante de outras Unidades da Federação que não possuem essa característica. Em sua teoria aponta também para a questão do “destino” que a região estaria sujeita, tendo em vista sua facilidade em saída para o mar e uma suposta fragilidade nos limites geográficos que unem os três estados ao Brasil.⁴⁴

⁴⁴Neste trecho do livro, Oliveira explicita acerca da geografia, o que facilitaria um desmembramento. “E parece mesmo que a própria natureza encarregou-se de dar a essa região o direito de separar-se do restante do país, a qual limitaria, se fosse o caso, com o restante do Brasil somente num lado. Nos demais limitaria com o oceano Atlântico e com outros países. Circunstâncias geográficas aprisionam outros Estados como Minas Gerais, que ficam encravados no território nacional, os quais, isoladamente nunca poderiam sequer pensar em separar-se para formar novo país, o que não é o caso de regiões que limitam com o oceano ou com outros países. Por sua vez o sul brasileiro tem a característica de confrontar tanto com um quanto com outros. A separação porventura não seria obra que o destino lhe reservou?”. (OLIVEIRA, 1986.p.62).

Em depoimento na revista “Sul Livre” Régis Dias, Comerciante de Gravataí no estado do Rio Grande do Sul, escreveu um texto a respeito do que chama de “Nossas Diferenças”. Nesse trecho, Dias afirma que quando jovem saiu do estado do Rio Grande do Sul a passeio e foi ao estado do Paraná. Afirmou não ter se chocado com “as diferenças”.⁴⁵ Porém, quando viajou para o Rio de Janeiro aos 11 anos percebeu diferenças significativas:

Era inverno, pleno mês de julho. O frio do Rio não assustava a mim nem a meu pai, que andávamos com simples e leves camisas de manga comprida, enquanto os cariocas estavam tiritando de frio com jaquetas e paletós de lã. Éramos vistos com curiosidade. Aos olhos deles, não sentíamos frio.

Enquanto meu pai entrou na banca para comprar cigarros, fiquei a ler um exemplar do *El Clarín*, de Buenos Aires, que estava pendurado na entrada. Um carioca se aproximou perguntando se eu era argentino. Respondi que não. “Mas como está lendo um jornal argentino?”. Ele não entendia que minha proximidade com os platinos fazia-me bilíngüe por natureza, que o espanhol era, para mim, tão familiar quanto o português, não só pela minha vivência com uruguaios e argentinos, mas também pela minha ascendência.

O modo das pessoas falarem era estranho para mim. Água de coco eu nem sabia o que era! Mais esquisito ainda era a preparação das escolas de samba para o Carnaval, que ocorreria sete meses depois? Nessa época, eu estava na sexta série do primeiro grau e estudava a Revolução Farroupilha. Olhei para meu pai e disse: “Gostaria que os Farrapos tivessem ganho a guerra”.

Aí vi que meu hábitos de matear ao pé do fogo, de comer churrasco todo final de semana era algo só do Sul. Festa com gaita e violão tocando bugio, milonga, tarantellas e “Barril de Chopp” era algo típico nosso.

[...] Essa impressão transformou-se em convicção depois que viajei por quase todo o Brasil. Depois que conheci o bravo sertanejo nordestino, tão diferente do gaúcho que eu era acostumado a ver no Rio Grande; o ribeirinho da Amazônia e o pantaneiro, com suas vidas contrastando com as nossas. Todos eles tão diferentes de nós, cada um com seu linguajar, seus costumes e seu modo de vida próprio.

Experiências como essas fazem nascer um separatista.

[...] O sentimento separatista se fortalece nas pessoas quando elas vêem sua cultura sendo massacrada, como hoje acontece, por falsos movimentos “cowntry”, fabricados especialmente para esmagar as tradições que levaram anos para se consolidar no Sul e que fortalecem o sentimento separatista. Afinal, é mais fácil escravizar um povo sem cultura. Então, antes de escravizar, esmaga-se nossa cultura própria e autêntica.⁴⁶

Em seu texto, Régis Dias aponta para dois pontos interessantes, que aparecem e se sobressaem nas fontes, a geografia e suas peculiaridades nas tradições. Ora, a questão climática apresentada para a separação é uma visão de unidade nacional que não é capaz de reconhecer as diferenças culturais numa mesma nação. Há uma visão de determinismo geográfico, onde as condições ambientais determinam os aspectos culturais, ideia essa que já caiu em desuso.

Em texto sem autoria na revista “Sul Livre” a questão da diferença de culturas e tradições é posta como sendo um motivo para a secessão.

⁴⁵ A revista sul Livre 1ª edição, de janeiro de 2007, chegou até nós juntamente com o jornal do Movimento, dos quais foram separados e enviados por integrantes do grupo.

⁴⁶ DIAS, Régis. As Nossas Diferenças. *Revista Sul Livre*. Ano 01. Janeiro de 2007. p.24.

O único estado brasileiro que encerra em sua bandeira a palavra República é o Rio Grande do Sul. Somos uma república dentro de outra república. Possuímos uma cultura diversa, costumes e tradições próprias e, dentro de um estado federalista que centraliza os poderes, somos forçados a concordar com as definições que a geografia e a organização do estado nos impõem.

Defendo a liberdade dos povos e os direitos universais de escolher a que tipo de estado pertencer.⁴⁷

Nesse fragmento, a bandeira do estado do Rio Grande do Sul, a qual traz a inscrição “República Rio-Grandense”, instituída durante a Revolução Farroupilha em 1845, e que se manteve na bandeira após o fim do conflito, é utilizado na argumentação. Novamente o que se destacam são os termos “cultura” e “tradição”, aliado da crítica do sistema federalista no que chama de “centralização dos poderes”, e a geografia, esta última ideia provavelmente tenha sido retirada do livro de Sérgio Alves de Oliveira na qual ele aponta para uma “teoria das fronteiras naturais”:

E parece mesmo que a própria natureza encarregou-se de dar a essa região o direito de separar-se do restante do país, a qual limitaria, se fosse o caso, com o restante do Brasil somente num lado. Nos demais limitaria com o oceano Atlântico e com outros países. Circunstâncias geográficas aprisionam outros Estados como Minas Gerais ou Goiás, que ficam encravados no território nacional, os quais, isoladamente, nunca poderiam sequer pensar em separar-se para formar um novo país, o que não é o caso de regiões que limitam com o oceano ou com outros países. Por sua vez o sul brasileiro tem a característica de confrontar tanto com um quanto com outros. A separação porventura não seria obra que o destino lhe reservou? (OLIVEIRA, 1986, p. 62).

Já a questão das tradições, evidenciada por Dias, ou melhor, o “risco” que, em suas palavras está sujeito a tradição gaúcha diante de uma outra manifestação cultural, revela a preocupação ou ainda o preconceito perante a existência de outra forma de expressão, o cowntry, que estaria ganhando aceitação e espaço diante da cultura generalizada e inventada predominante em 2007, ano da publicação da revista.

Em outra passagem na revista “Sul Livre”, há uma entrevista referente a questão das “diferenças” que, segundo a autora Mari Dorneles, estão principalmente nas tradições e na cultura. Para ela “[...] cada região tem uma cultura e tradição diferente”.⁴⁸ Afirma também que o Sul do Brasil tem números no quesito qualidade de vida dos quais estão no patamar de um “país de primeiro mundo”.

Assim como a tradição gaúcha foi inventada⁴⁹, outros movimentos culturais também nascem conforme a necessidade dos grupos. Contudo, para o autor do texto da revista Sul

⁴⁷PORQUE acreditar no Sul Livre?. **Revista Sul Livre**. Ano 01. Janeiro de 2007. p. 11.

⁴⁸DORNELES, Mari. Sem Luta não há Vitória. **Revista Sul Livre**. Ano 01. Janeiro de 2007. p. 11.

⁴⁹Ver sobre as tradições inventadas em: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 3ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Livre o tradicionalismo gaúcho é algo pronto, acabado ou natural do povo sulista, algo que sempre existiu, diferente da concepção de invenção apresentada por Éric Hobsbawm.

Segundo Hobsbawm (1997, p. 21), “toda a tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. Assim, nos apresenta a ideia de que as manifestações culturais são invenções de grupos de indivíduos “[...] que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (1997, p. 09). Nesses termos percebemos que os elementos do tradicionalismo gaúcho estão presentes nos discursos do movimento separatista O Sul é o Meu País, e são recorrentes no discurso utilizados pelo grupo na busca pela secessão.

Para o historiador Tau Golin⁵⁰, crítico do tradicionalismo gaúcho que, em sua concepção, não se trata de uma cultura tradicional da sociedade, mas sim de uma cultura conservadora, destaca que

[...]historicamente, a sociedade de tipo tradicional nunca existiu no Rio Grande do Sul. Desde a sua origem ocupacional organizada pelo Estado Colonial Absolutista no século XVIII, na região sulina foi implantada uma sociedade de classes de tipo escravista alicerçada na propriedade privada. Desse modo, jamais se configurou uma sociedade historicamente tradicional (GOLIN, 2004, p. 08).

Acerca da tradição gaúcha, Golin destaca para o discurso que têm o propósito de unificar o gentílico da região sul, sobretudo do estado do Rio Grande do Sul, que em sua concepção se trata de uma fraude no quesito de representação, pois o tradicionalismo busca “legitimar-se como etnia” (2004, p. 45), utilizando-se de símbolos e costumes que foram “redimensionados em um momento cívico-cultural altamente ideologizado” (GOLIN, 2004, p. 18).

As tradições marcam o discurso separatista do grupo O Sul é o Meu País, contudo, o Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG -, não é favorável a separação. Em sua página online o jornal GaúchaZH de Porto Alegre destacou para a questão do separatismo e seu envolvimento com o movimento tradicionalista gaúcho. O presidente do MTG, Manoelito Savaris frisou que “se algumas vozes clamam por separatismo, não o fazem de dentro das instâncias ‘oficiais’ do gauchismo”.⁵¹ Para o líder do movimento, que fala do Rio Grande do Sul:

⁵⁰ Historiador brasileiro, Luiz Carlos Tau Golin trabalha com temas como o tradicionalismo, o gauchismo, guerra guaranítica, Revolução Farroupilha, entre outros. Possui mais de cinquenta publicações entre livros e capítulos.

⁵¹ POR que o separatismo permanece vivo no Estado. **GaúchaZH Porto Alegre**. 05 jul.2014. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/07/Por-que-o-separatismo-permanece-vivo-no-Estado-4543932.html>> Acesso em 08 set. 2017.

[...] a instituição não apóia nenhum viés separatista - as solenidades oficiais, como cavalgadas e o próprio acampamento farroupilha, sempre contam com o hino e a bandeira do Brasil, sem gritado.

[...] O MTG não dá guarida a nenhuma manifestação de separatismo. Não trabalhamos com essa ideia. Nosso pensamento é de integração. Para nós, o Brasil começa pelo Estado.⁵²

Nesses termos, podemos perceber que alguns integrantes que falam pelo movimento acabaram unindo o tradicionalismo e o separatismo. Todavia, o esclarecimento do representante do MTG destaca que o tradicionalismo não se confunde com o separatismo, o que pode estar acontecendo são elementos que participam do movimento tradicionalista apoiarem a causa separatista, mas como foi expresso por Savaris, o movimento Tradicionalista Gaúcho não compactua com a idéia de separar.

O movimento O Sul é o Meu País apresenta sua ideia de desmembrar os três estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na qual nos parece, não terem a mesma representatividade internamente, tanto nas fontes como na história do grupo que envolve as três unidades federativas apresentam participação e envolvimento díspar, sobretudo ao que toca a história regional. Nesse sentido inquieta-nos a pergunta: Que Sul é esse? De onde partem as idéias? Há uma constante referência ao sujeito sulino e ao povo sulista, ao modo como os sujeitos que vivem nos três estados se “identificam entre si” e se diferenciam das demais Unidades Federativas brasileiras. No discurso se apresentam generalizações como as de que todos os sujeitos do Sul possuem as mesmas convicções ideológicas. No trecho abaixo, de autoria de Celso Deucher, temos um exemplo:

[...] o povo desta região tem verdadeira aversão ao tipo de governo atualmente implantado no país. Um governo que suga as riquezas e distribui a pobreza. O Sulista é, historicamente, contra os sistemas assistencialistas de governo. Contra as “bolsas”, contra as “cotas”, contra a discriminação entre trabalho e o capital (DEUCHER, 2016, p. 177).

Este trecho, retirado do livro “O Sul é o Meu País”, nos remete a pensar a respeito das questões ligada à identidade do indivíduo que se designa “sulista”. A colonização da região sul do Brasil pode trazer explicações para essa “diferenciação” expressa no discurso genérico do movimento em relação as três Unidades Federativas do Sul do Brasil.

Mari Dorneles, defensora da secessão, em entrevista na revista Sul Livre no ano de 2007, também se posicionou contra os sistemas assistencialistas, assim como Deucher destaca:

⁵²POR que o separatismo permanece vivo no Estado. **GaúchaZH Porto Alegre**. 05 jul.2014. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/07/Por-que-o-separatismo-permanece-vivo-no-Estado-4543932.html>> Acesso em 08 set. 2017.

Sou do Sul, faço parte de uma classe que trabalha para melhorar seu estilo e modo de vida, vencendo os desafios que aparecem pela frente. Diferente de outras culturas onde o povo espera por um milagre ou que o governo supra as suas necessidades, acostumando a uma vida medíocre, cômoda e sem maiores esforços.⁵³

A partir dos discursos citados acima, em que Deucher e Dorneles apontam que os sulistas são contra políticas afirmativas e assistenciais, percebemos que há uma generalização quando utiliza a expressão “o povo desta região” como forma de unificar um discurso da região sul. Assim, os separatistas desconsideram a importância de um sistema que dê assistência a regiões com maiores dificuldades por questões sociais, por exemplo. Tentam desconsiderar a possibilidade da diversidade cultural e política do país, em uma unidade que se constrói invisibilizando essas diferenças. O Sul é composto por regiões que possuem pobreza extrema. O site G1.com, em 2011, apontou os números do IBGE relativo ao número de pessoas pobres, na qual o Sul apresenta maior número de sujeitos em situação econômica “pobre” do que a região Centro Oeste. Vejamos:

A região Nordeste concentra a maior parte dos extremamente pobres - 9,61 milhões de pessoas ou 59,1%. Destes, a maior parcela (56,4%) vive no campo, enquanto 43,6% estão em áreas urbanas. A região Sudeste tem 2,72 milhões de brasileiros em situação de miséria, seguido pelo Norte, com 2,65 milhões, pelo Sul (715,96 mil), e o Centro Oeste (557,44 mil)⁵⁴.

Essa visão de povo que é evidenciada pelos membros do grupo é construída por uma concepção de branquitude que se legitima na estigmatização do outro. Para Durval de Albuquerque Júnior (2007, p. 126), o preconceito “é uma maneira de desqualificar o oponente, de tentar vencê-lo através do rebaixamento social, da estigmatização”, visão que está presente nos argumentos dos materiais encontrados produzidos pelos indivíduos que falam em nome do grupo.

Nesse sentido, há uma preocupação considerável com os auxílios a outras regiões, bem como sistemas de cotas para ingresso em universidades, no que apresentam como sendo um modo de “prejudicar” os sulistas. Exemplificamos com a afirmação feita por Deucher (2016, p. 177), na qual, afirma que o governo “suga riquezas e distribui a pobreza.”⁵⁵ O trabalho, que segundo a fonte “é o que deixa os sujeitos longe da mediocridade”, da vida cômoda sem esforços de “outras culturas”, esta se referindo aqueles que necessitam de auxílio, como por

⁵³ DORNELES, Mari. **Sem Luta não há Vitória**. Revista Sul Livre. Ano 01. Janeiro de 2007.p. 11.

⁵⁴BRASIL tem 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza, diz governo. Disponível em<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/brasil-tem-1627-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza.html>> Acesso em 10 de Novembro de 2017.

⁵⁵Um dado estatístico é necessário para refletir. A quinze anos atrás, em 2001, a Rede Globo produziu um documentário intitulado “A Fome no Brasil”, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste a taxa de mortalidade infantil no Brasil era equivalente a 270 crianças por dia, alvo de doenças da fome. Ver documentário: “A Fome no Brasil” <<https://www.youtube.com/watch?v=SWjodIe4bb>>Acesso em 28 de Junho de 2017.

exemplo de cotas para o ingresso em uma universidade, e que expressa uma visão clara de que não seria merecedor, afinal, para autora da fonte seria preciso trabalhar para ser merecedor, deixando a entender que é somente o Sul que se trabalha. Nesse sentido, podemos destacar para um certo tom preconceituoso envolvendo regiões menos favorecidas economicamente diante a realidade vivida no sul do Brasil, com um discurso que de o sul é Comparável a Europa. Para Dorneles:

Tenho certeza que num novo país muitos Sulistas, maus políticos, seriam varridos dos nossos governos e certamente essa nova classe dirigente, aliada ao nosso árduo trabalho, nos ajudaria a construir verdadeiramente um pedaço da Europa na América do Sul⁵⁶

Nos materiais do movimento, foi possível perceber a ênfase que recebe o continente Europeu como um lugar de representação ideal para se viver. Nestes termos, Mari Dorneles, que escreveu para a revista “Sul Livre” ao declarar o Velho Mundo como modelo de espaço para se viver, apresenta aquele como um molde para o futuro país dos sulistas que o grupo almeja.

Resta-nos entender o porquê daquele espaço ser o local escolhido como referência para o grupo. O porquê de se utilizar argumentos como do “árduo trabalho” para a questão da separação. Será que em outros pontos do país não se trabalha efetivamente ou o há uma generalização e uma visão preconceituosa a respeito de regiões que possuem uma taxa mais elevada de indivíduos que necessitam de algum auxílio governamental.

Os preconceitos contra a origem geográfica e de lugar, nos levam a uma análise da diferenciação que se originou entre alguns dos estados brasileiros. Albuquerque Jr. afirma que através da imprensa, na qual evidenciou aspectos, sobretudo de seca e miséria dos estados nordestinos a partir da década de 1970, na qual se iniciou a construção da imagem preconceituosa dos estados do Sul e Sudeste em relação aos nordestinos, no qual aponta que:

[...] desde a década de 70, o cinema nacional ou a televisão, com raras exceções, não conseguem ver no Nordeste a não ser as mesmas coisas: seca, cacto, caveira, retirante, cangaceiro, jagunço, coronel e até Padre Cícero ou Frei Damião redivivo [...] A cobertura da imprensa ou dos meios de comunicação em geral, sobre o Nordeste, segue um dado padrão que foi, em grande medida estabelecido, ainda nos anos 30, por esta produção literária, iconográfica e pictórica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 122).

O Nordeste, região que é vista com menosprezo ou “atrasada” e que carece de distribuição de cotas pelo movimento, apresenta-se como um atraso para o Sul, pelas questões

⁵⁶ DORNELES, Mari. **Sem Luta não há Vitória**. Revista Sul Livre. Ano 01. Janeiro de 2007. P. 11.

da retórica e da representatividade, estão relacionadas com a imigração europeia e a branquitude.

A colonização dos estados do Sul, até a primeira metade do século XIX era em grande medida composta grupos indígenas, negros e caboclos, mas que, após esse período, recebeu um contingente europeu significativo, com objetivo de embranquecer o continente.⁵⁷

As primeiras levas de imigrantes vieram para o Brasil ainda no século XIX, diante das crises econômicas que a Europa passava e também pela propaganda do estado brasileiro em busca de força de trabalho livre e branca. Já a segunda leva de imigrantes europeus chegou no país na década de 1930, durante a ascensão dos regimes totalitários na Europa e trouxe uma significativa preocupação em relação a unidade do país, uma vez que nessas regiões, principalmente de colonização alemã, “[...] ainda não falavam o idioma português, considerado um óbice para a manutenção da unidade nacional” (VOIGT, 2013, p. 34). Desta forma o governo brasileiro interviu, nos anos de 1930, tomando medidas como o fechamento de escolas que ensinavam alemão e ainda proibiu o idioma de ser falado, o que desagradou a população da região frente ao Estado (2013, p. 33-34).

Um dos discursos que envolvem a participação do imigrante no processo de construção do Estado brasileiro, apresenta o elemento europeu como símbolo do progresso, baseado em uma perspectiva positivista, para André Voigt (2013, p. 100) ele representou “[...] a esperança de um futuro promissor para o país”. Sim, pois mesmo o idioma sendo uma possível ameaça ao Estado perante aos denominados teuto-brasileiros, os valores considerados positivos ligados a religião, ao trabalho e a poupança, foram responsáveis por um grande crescimento econômico do país que guarda resquícios da herança escravista (2013, p. 75).

[...] a afirmação de suas peculiaridades demonstraria, para o país como um todo, traços dignos de um exemplo a ser seguido pelo país, assolado pela “herança colonial” lusa. A ética do trabalho e da poupança, a religiosidade, a natural tendência ao associativismo, o respeito às leis e hierarquias, a valorização da iniciativa particular e familiar, o desprezo pela iniciativa pública e pelo Estado, a manutenção das tradições e do idioma, o isolamento municipal e regional, o respeito ao meio ambiente, seriam alguns destes traços culturais que caracterizam a cultura teuto-brasileira, ainda visualizada como um contraponto positivo à presença lusa, africana e indígena na formação nacional do Brasil (VOIGT, 2013, p. 13-14).

Para Maria Aparecida Silva Bento, que estuda branquitude e branqueamento, a escravidão é um tema que o país não quer discutir devido a herança simbólica, fruto da

⁵⁷ As teorias do embranquecimento através da imigração europeia no século XIX são trabalhadas por Lilia Schwarcz, no livro “O Espetáculo das Raças”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

apropriação do trabalho de outro grupo por cerca de quatro séculos⁵⁸ e destaca que “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquitude, o que não é pouca coisa” (BENTO; CARONE, 2014, p. 27).

Nesse sentido, no que toca o elemento branco, as fontes que analisamos retratam as características físicas dos membros que aparecem nas fotografias do movimento. Boa parte das imagens são de registros de reuniões e assembléias realizadas pelos integrantes do grupo. Porém, o que se destaca de maneira aguda é a grande presença de homens adultos e brancos. A presença de mulheres e de jovens é reduzida, em relação ao público masculino.

Figura 05 – Revista Sul Livre



Fonte: Revista Sul Livre. Ano 01, número 01. Janeiro de 2007.

Nota: Primeiro exemplar da revista Sul Livre. Material que dispõe depoimentos e atividades relacionadas ao movimento separatista.

Figura 06 – Divulgando o movimento

⁵⁸BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva, CARONE, Iray (orgs). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

Fonte: DEUCHER



Comissão Municipal de Camaquã/RS a pleno vapor na divulgação da causa



Comissão Municipal de Novo Hamburgo/RS também na luta pelo Sul Livre



Fundação do Grupo "Cavaleiros Sulistas", em apoio à luta independentista

- 194 -

Nota: Com faixas e cartazes apoiadores do movimento fazem divulgação do movimento em diferentes cidades do Sul do Brasil. A primeira fotografia é de membros do movimento de Camaquã – RG. A segunda foi registrada em Novo Hamburgo. A terceira imagem não especifica onde foi registrada, somente apresenta um grupo de cavaleiros que apóiam a causa separatista.

Figura 07 – Verso do Livro “O Sul é o Meu País”



Fonte: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016.

Nota: Verso do livro que faz uma narrativa da história do movimento.

Neste sentido, alguns pontos no discurso do movimento acerca da identidade criada e difundida remetem a características do branqueamento. Maria Aparecida Silva Bento destaca que o branqueamento

[...] foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto estima e o auto conceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (BENTO; CORONE, 2014, p. 25).

A vontade de embranquecer o Brasil, visto como uma alternativa de sair do atraso provocado pela escravidão no Brasil (SCHWARCZ, 1993, p. 16), sobretudo nos estados do Sul é apresentado por André Voigt:

[...] a necessidade governamental de se promover a continuidade do processo de amalgamação e embranquecimento do país como um todo, durante a década de 1940, faz com que este contingente altamente concentrado de população branca de origem europeia nos Estados sulinos possa se tornar o epicentro de uma profunda mudança estrutural na população brasileira. Desta forma, ao invés de classificar estes grupos como uma ameaça á unidade e identidade nacionais, opta-se por *investir em seu potencial de embranquecimento populacional*, projeto este que não é retirado da pauta governamental brasileira, pelo menos até o fim da Segunda Guerra Mundial (grifos do autor) (VOIGT, 2013, p. 59).

Apesar de o grupo deixar claro de que não compactua com “[...] qualquer forma de discriminação, seja ideológica, religiosa, sexual, racial, cultural, ou social”,(DEUCHER, 2016, p. 222) em algumas passagens percebe-se que a questão da branquitude se faz presente, não de forma explícita, na tentativa de apagar os demais (indígenas, amarelos, pretos, etc), mas nas situações em que os valores associados ao elemento branco se sobressaem, na tentativa de embranquecer pensando nas possibilidades do potencial desta população para o Brasil (VOIGT, 2013, p. 58-59).

O historiador André Voigt⁵⁹ em sua obra “A Invenção do Teuto brasileiro”, apresenta questões relativas a identidade dos sujeitos designados Teuto brasileiros⁶⁰, e que já no início do século XX receberam a atenção de escritores, dos quais Voigt faz uso em seu trabalho.

Os Teuto brasileiros se concentraram sobretudo nos três estados do Sul, com elementos discursivos e características próprias, tais como

[...] o isolamento de seus habitantes, a maneira como tem sido organizado o espaço de ocupação territorial, a proporção de brancos em relação às demais regiões do país, a alta taxa de densidade demográfica. Desta maneira, os estabelecimentos coloniais fundados em meados do século XIX nas províncias do extremo Sul tornam-se, a partir de conclusões destes estudiosos, os espaços da colonização alemã *par excellence* no Brasil, uma vez que seu modo de organização e manutenção tem trazido claras conseqüências para a constituição destas localidades na atualidade (VOIGT, 2013, p. 57-58).

O que chama a atenção são justamente alguns valores e sobretudo para as conseqüências na atualidade. Um movimento separatista com as características e o discurso como o do presente estudo, pode estar sim, relacionado com essa questão da imigração e de maneira mais acentuada a manutenção das tradições e valores europeus.

⁵⁹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor adjunto do Instituto de História de Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁶⁰ Segundo André Voigt, Teuto Brasileiros são imigrantes alemães e seus descendentes. Sobre esses indivíduos se criaram vários discursos, dentre os quais de que “passaram de uma ameaça a unidade nacional a um exemplo a ser seguido” p.14.

Para Voigt (2013, p. 57), essa “população de características próprias”, podem e certamente estão associadas as noções de “progresso”, “trabalho”, “poupança” bem como uma forte presença da religiosidade.

Em texto disposto no Jornal do Movimento intitulado “Cristianismo e confederalismo”, o autor, Jorge Ernesto Macedo Geisel, advogado carioca apontou:

[...] RESSUREIÇÃO. Precisamos nascer de novo, lavados de todos os pecados originais e adquiridos.

A Reforma Protestante soube sistematizar o significado Cristão da Páscoa, resultando em benefícios de ordem prática, para os povos que a adotaram em suas profundas reformulações éticas-religiosas. Podemos citar, assim por exemplo, na área econômica, o lucro abençoado, se advindo do capital fruto da iniciativa honesta ou do trabalho persistente dedicado; o empenho responsável e a educação cristã familiar contínua transformaram povos limitados a territórios desfavorecidos em poderosos empórios de progresso, de realizações nobres, de liberdade responsável, de democracias plenas, em todos os níveis de capacidade e do engenho humano.

Em contrapartida, a ausência do ensino religioso, em país como o nosso atual, sem haver tido as atenções espirituais devidas em seu período de formação históricas, teve conseqüências prejudiciais (grifo do autor).⁶¹

Para André Voigt, estes elementos que a fonte aborda, como a religiosidade, o trabalho, e a noção de progresso, que se tornam conseqüências dessa considerada “boa conduta”, têm influência direta nos sujeitos imigrados europeus. Nesse sentido, ao analisar documentos da década de 1940, o autor menciona documentos escritos por Emílio Willems que está preocupado em “trazer elementos para delimitar os traços da cultura teuto-brasileira, e o comportamento *econômico* é um dos argumentos mais utilizados como diferencial dos teuto-brasileiros em relação ao restante do Brasil” (VOIGT, 2013, p. 75).

Nesse quesito, econômico, Willems (apud, VOIGT, 2013, p. 75) aponta para as condições de trabalho que o imigrante teve de enfrentar, pois ao chegaram ao Brasil se depararam com instrumentos de trabalho já considerados ultrapassados na Europa, além do fato de possuírem métodos mais especializados em algumas profissões aliada da adoção da prática do cooperativismo entre os teuto-brasileiros. Esses podem ser aspectos importantes na construção de um discurso pautado nesses valores considerados “positivos” para a época, no sentido de ascensão do imigrante e ao status posteriormente concedido como sendo um “exemplo a ser seguido” (VOIGT, 2013, p. 14).

O que não parece destoar muito da década de 1930 em relação ao início do século XXI são alguns argumentos presentes nos relatos do movimento, dois quais se ligam aos do século passado. No jornal do movimento do ano de 2004, uma das publicações a respeito dos

⁶¹ GEISEL, Jorge Ernesto Macedo. Cristianismo e Confederalismo. **Jornal do Movimento**. Ano II – edição n. 20. Novembro/dezembro de 1994. p. 02.

“fatores que motivam a busca da autodeterminação”, elencam alguns pontos que favorecem os estados:

A região Sul tem todos os requisitos necessários para se tornar uma das nações mais prósperas do planeta. O seu potencial humano, social e econômico não deixa qualquer dúvida a respeito de sua viabilidade como país independente, basta ver os próprios índices divulgados pelo IBGE⁶².

O que percebemos estar relacionado a estes elementos que são expostos neste fragmento de jornal, está relacionado novamente ao imigrante, com o seu “potencial humano”, que nas entrelinhas remete novamente ao sentido de progresso. Os outros “requisitos necessários” e que segundo o grupo os estados possuem e só complementam o primeiro. O “potencial social” está aliado do costumes, da religiosidade, da poupança, do modo de se trabalhar que constitui o terceiro, enlaçado nos dois primeiros.

O que não é pensado e levado em consideração, mas que foi destacado por Voigt, foi a influência do Estado brasileiro no auxílio da consolidação desses discursos de progresso, que nada mais foram, se não o auxílio do governo para que estes pudessem se consolidar. Assim:

[...] relega-se ao esquecimento que todas estas características atribuídas a colonização alemã do Sul do Brasil não foram iniciativas dos próprios imigrantes, mas sim, um produto da própria racionalidade administrativa brasileira, que priorizou a concentração populacional imigrante nas áreas de colonização no extremo Sul. Tão pouco se pode afirmar que esta política colonizadora teria sido uma especificidade da imigração alemã, pois em várias outras levas imigratórias – como as de italianos, japoneses, entre outros – a concentração populacional também foi priorizada. Portanto, os elogios e críticas feitas às características populacionais da imigração alemã não são um produto dos próprios imigrantes, mas a aplicação de uma política imigratória do governo brasileiro desde o século XIX (VOIGT, 2013, p. 58).

Os argumentos que se destacam na argumentação do movimento separatista foram analisados por Luiz Felipe Falcão no ano de 2000, quando aprofundou seus estudos acerca do fenômeno separatista em Santa Catarina e sobre esse mesmo grupo, O Sul é o Meu País, no qual destaca que “ a acentuada concentração da arrecadação fiscal em mãos do governo central, [...] e a distorção existente no sistema de representação política, que privilegia os Estados menos populosos” (FALCÃO, 2000, p. 285) foram evidenciadas pelo autor. Trocando em miúdos, a representatividade no Congresso Nacional e a retórica dos impostos.

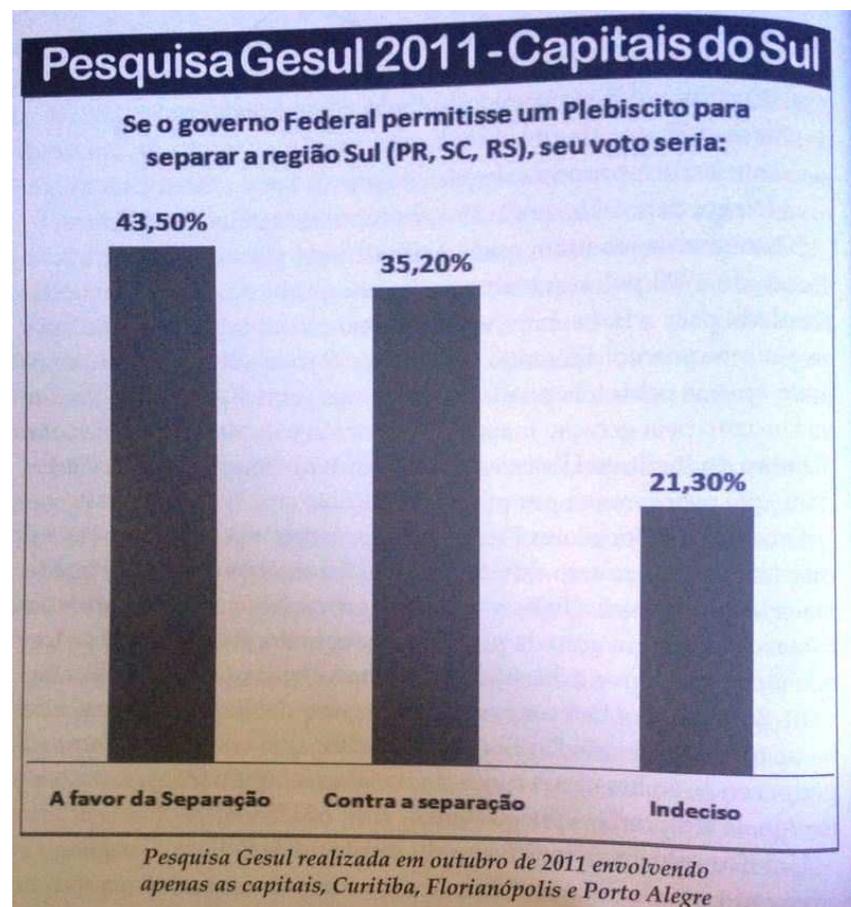
Os argumentos referentes a arrecadação e a retórica dos impostos utilizados no discurso do grupo são, algumas vezes, retirados do IBGE. Contudo, o grupo criou um núcleo de estudos no ano de 2000, o Gesul – Grupo de Estudos Sul Livre: “[...] que tomaria para si a incumbência de aprofundar os estudos sobre o direito de autodeterminação dos povos, bem

⁶² FATORES que motivam a busca da autodeterminação. **Jornal do Movimento**. Ano XII – Número 44 Maio de 2004. p. 03.

como estudar e formatar um projeto de País para os Sul-Brasileiros” (DEUCHER, 2016, p. 119-120). Este grupo de estudos também foi criado como estratégia, buscando enfrentar um déficit do número de membros e pessoas que militavam pela causa do movimento separatista no início deste século e que produz e difunde dados a respeito da causa separatista Sul brasileira. Este não é outro grupo, mas sim um grupo dentro do movimento separatista, que reúne as principais lideranças regionais para discutir as pautas e objetivos a serem perseguidos pelo movimento.

Dentre as várias pesquisas realizadas pelo Gesul, algumas estavam relacionadas a pesquisas de opinião sobre a possibilidade de realização de um plebiscito oficial, em que praticamente todas as pesquisas realizadas apontam para um número satisfatório em favor do movimento na realização de uma consulta popular oficial. Alguns dados que estão disponíveis no livro “O Sul é o Meu País”, datam de 2011 a 2014, das quais toda foram realizadas pelo Gesul, entidade ligada ao movimento separatista, o que acarreta de certo receio na aceitação total dos dados, tendo em vista que entidade que realizou as pesquisas é de responsabilidade do próprio movimento. De qualquer forma, as tabelas apresentam os seguintes dados:

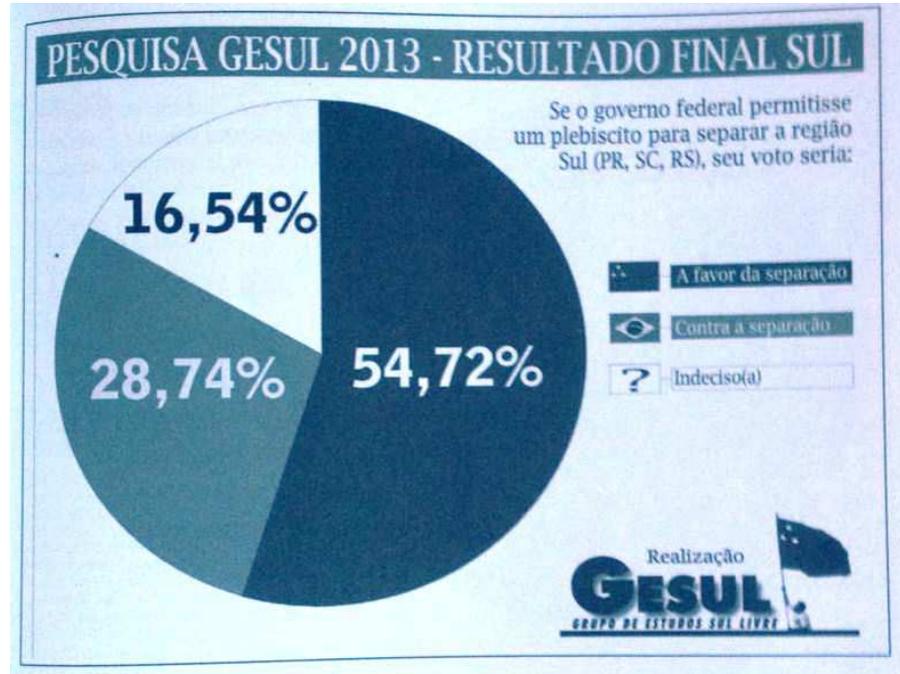
Figura 08 – Pesquisa Gesul 2011



Fonte: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016, p. 160.

Nota: Pesquisa realizada pela entidade ligada ao movimento, Gesul, sobre a questão da realização de um plebiscito para desmembrar os três estados em 2011.

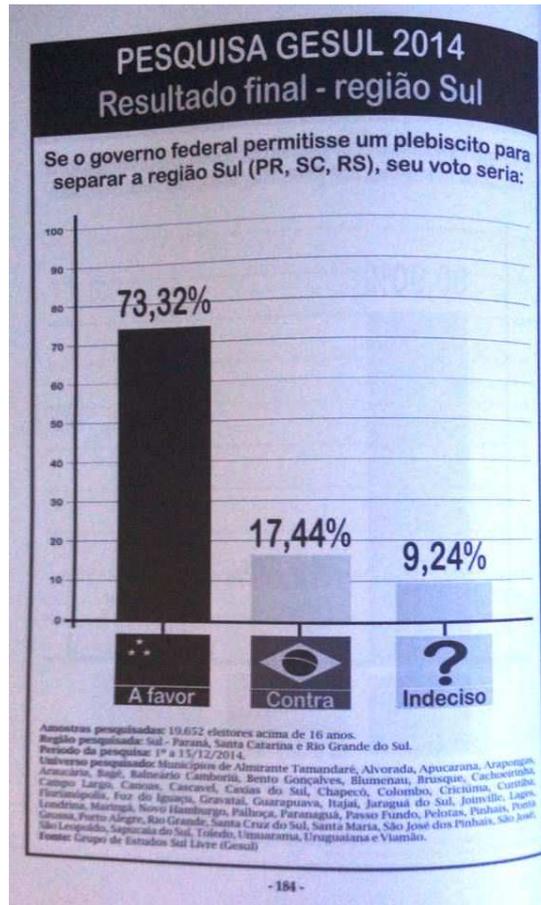
Figura 09 – Pesquisa Gesul 2013



Fonte: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016, p. 171.

Nota: Pesquisa realizada pela entidade ligada ao movimento, Gesul, sobre a questão da realização de um plebiscito para desmembrar os três estados no ano de 2013.

Figura 10 – Pesquisa Gesul 2014



Fonte: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016, p. 184.

Nota: Pesquisa realizada pela entidade ligada ao movimento, Gesul, sobre a questão da realização de um plebiscito para desmembrar os três estados no ano de 2014.

As pesquisas que foram realizadas pelo Gesul, apresentam números crescente de votos “sim”, se fosse possível a realização de uma consulta popular nos estados do Sul. As pesquisas também são uma forma de evidenciar a difusão do grupo, tendo em vista que os números só aumentaram depois da realização da primeira entrevista em 2011. De toda forma, após a realização da primeira consulta popular informal, no ano de 2016, os números foram bem superiores, como já destacado anteriormente.

Nos materiais do movimento, há como perceber um traço mais forte de elementos visuais identificados com o estado do Rio Grande do Sul. Na capa do livro “O Sul é o Meu País”, por exemplo, os elementos que aparecem são, sobretudo, do estado gaúcho. As ruínas de São Miguel ao fundo, os indígenas Guayracá e Sepé Tiarajú representando as Missões

Jesuíticas, e no primeiro plano “o laçador”⁶³, todos que são símbolos e que representam o estado do Rio Grande do Sul.

O elemento catarinense, que também é presente na capa do livro é expresso pela estátua de Anita Garibaldi, considerada pelo movimento como a “maior heroína sulista” (DEUCHER, 2016, p. 17). Anita Garibaldi está entre os principais nomes da proclamação da República Catarinense em Laguna no ano de 1939, junto de seu companheiro, Giuseppe Garibaldi, e é considerada um símbolo e uma heroína pelo Movimento. Nesse sentido o grupo a apresenta com a legenda: “Maior heroína Sulista, Anita Garibaldi. Filha de pai paranaense, mãe catarinense e que teve o primeiro filho no Rio Grande do Sul” (2016, p. 17). Observamos que os três estados estão envolvidos na figura desta personagem, fazendo alusão a uma “verdadeira sulista”, que nasceu e lutou por sua terra.

Figura 11 – Estátua Anita Garibaldi



Fonte: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016, p. 17.

Nota: A imagem aparece no livro com a legenda: “Anita Garibaldi. Filha de pai paranaense, mãe catarinense e que teve seu primeiro filho no Rio Grande do Sul”, p. 17.

O estado do Paraná, não possui um símbolo que remeta a história regional, contudo, nos parece que está assimilado com a Araucária, símbolo do estado. Acerca da planta, há uma

⁶³A estátua do laçador foi tombada como patrimônio histórico de Porto Alegre em 2001. Em bronze, possui mais de quatro metros de altura e pesa mais de três toneladas, é desde 1992 através da aprovação de lei municipal o símbolo oficial da cidade.

breve passagem na revista Sul Livre, na qual, a mesma apresentou uma notícia relacionada ao dia da árvore, no mês de setembro do ano de 2006. Na ocasião, o tema foi abordado com o título “Plantando nossa identidade de Povo e Nação”.

Todos os alunos do Colégio Feliciano Pires, em Brusque, receberam no dia da árvore, em setembro de 2006, três pinhões brotados de presente. Junto ao fruto, num pacotinho plástico, receberam também um pequeno panfleto explicativo sobre os motivos para os quais é importante se plantar um pé de Araucária. Trata-se de nossa árvore-símbolo do Sul, e plantá-la em todos os recantos deste território é uma ação prática que envolve muito mais que preservá-la da extinção. O Pinheiro Araucária, ou simplesmente “Pinheiro Sul-Brasileiro” é a árvore que identifica nosso grupo humano diante da diversidade e nações do mundo. Típica da nossa região, esta árvore única, frondosa e belíssima precisa de nossa ajuda na plantação e na sua preservação.

Em 2007, os militantes do Movimento em Brusque pensam em expandir esta ação para toda a região do Vale do Itajaí e (por que não?) para todo o Sul. Se você gostou da idéia e pretende levá-la ao seu município, promovendo ação igual em seu colégio ou universidade, entre em contato com o Movimento ou Gesul e vamos juntos praticar esta ação concreta. Tenhamos certeza de que estamos plantando a nossa identidade de Povo e Nação. Sejamos as gralhas azuis do Sul Livre.⁶⁴

Figura 12 – Sementes de Araucária



Fonte: **Revista Sul Livre**. Ano 01. Janeiro de 2007. P. 17.

Nota: O grupo distribuiu sementes de araucária para as crianças de uma escola da cidade de Brusque.

O ato, quando observado à primeira vista, demonstra uma preocupação que o movimento O Sul é o Meu País tem em relação ao meio ambiente. Todavia, o movimento possui uma tentativa velada de divulgação, quando na parte final do texto se dispõem aos interessados a ingressar na causa separatista para que entrem em contato com a entidade. Ainda nesta preocupação com o meio ambiente, a imagem de uma criança segurando uma pequena embalagem transparente com as sementes da araucária. Todavia o que se

⁶⁴PLANTANDO nossa Identidade de Povo e Nação. **Revista Sul Livre**. Ano 01. Número 01, Jan. de 2007, p. 17.

destaca é a camisa que a criança vestia, com a inscrição em letras maiúsculas com o nome do movimento deixando evidente que para além da intenção de realizar uma boa ação, o grupo pretendia difundir o nome da entidade.

Apesar da espécie de árvore ser nativa e típica da região, o título revela esse aspecto da questão identitária elencada pelo movimento, que está relacionado à capa do livro “O Sul é o Meu País”, que será apresentada logo a seguir, no que tocam os símbolos que o grupo utiliza como marcos de identificação.

Figura 13 -Capa do livro “O Sul é o Meu País”



Fonte: DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016.

Nota: Capa do livro **O Sul é o Meu País**. Apresenta imagens/símbolos dos três estados do Sul.

Na história regional, os marcos apresentados pelo grupo a “[...] República Rio-Grandense, a República Catarinense, a Revolução Federalista e a República de Lorena, a Guerra do Contestado, além de outras revoluções ocorridas neste território” (DEUCHER, 2016, p. 16) evidenciam o estado gaúcho, talvez pelo fato da ideia de separar os três estados ter nascido no Rio Grande do Sul com o livro *A Independência do Sul*, de Sérgio Alves de Oliveira em 1986.

Neste ponto, retomamos a indagação, que Sul é esse? Os três estados possuem essa “diferença” que se repete no discurso do grupo? As marcas supostamente homogêneas da região contestada pelo movimento evidenciam essa diferença das demais Unidades Federativas ou acabam se confundindo com as tradições e sintomas do branqueamento? Essa “homogeneidade existente” é posta em questionamento por Luiz Felipe Falcão que destaca para um movimento separatista com boa parte da simbologia empregada no discurso do grupo representando o estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, destaca um ponto acerca da identidade catarinense.

Seja como for, seria decerto erro ingênuo imaginar que as populações sulinas contam com as mesmas tradições e possuem aspirações inteiramente comuns, tanto quanto seria um exagero vislumbrar nestes indivíduos uma nacionalidades oprimidas por suas especificidades quanto a língua, costumes ou religião. Retomando a definição proposta por Benedict Anderson para nação, segundo a qual ela é “uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”, não se pode considerar os habitantes do sul do Brasil como portadores de uma nacionalidade específica, ainda que sem um Estado nacional organizado que a presidisse. Para isto, seria necessária uma certa combinação de valores simbólicos como o cultivo de tradições culturais peculiares e razoavelmente semelhantes, ou a percepção de uma determinada trajetória histórica relativamente uniforme, consubstanciando formas de representação inteiramente distintivas e contrapostas àquelas que pretendem configurar o Brasil. Esta, contudo, não é a situação existente no sul do país, entre outras coisas pela grande heterogeneidade das populações que ali vivem, seja em termos de origem e cultura, seja pelo grau bastante variado de identificação que possuem com o restante do Brasil (FALCÃO, 2000, p. 291).

Nesse sentido, pensando a questão da identidade dos Sul brasileiros exposta pelo movimento *O Sul é o Meu País* na busca por argumentos para a secessão, não vislumbram uma “possibilidade de progresso” anexado ao Brasil. Através das fontes, é clara a vontade do grupo em se desprender do país e há um número significativo de pessoas que concordam com os argumentos apresentados pelo grupo, tendo em vista as consultas realizadas pelo grupo em 2016 e 2017. Esses dados mostram que o movimento, apesar de se basear em dados profundamente discutíveis (como é o caso da retórica dos impostos), ele não deve ser subestimado. Sua emergência e manutenção diz muito a respeito dos tempos que vivemos e

dos complexos investimentos identitários presentes nos usos do passado e suas conseqüentes implicações políticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que procuramos problematizar neste trabalho foram os argumentos utilizados por um grupo de caráter separatista que emergiu em fins do século XX, que reivindica o separatismo como a solução para os problemas principalmente de ordem econômica, política e cultural da região. Nesse sentido, buscou-se expor as principais ideias e os argumentos pelos quais sustentam seu discurso, marcados por um sintoma do regime de historicidade presentista em que vivemos quando as disputas políticas se apresentam no campo das disputas pelo uso do passado. É nesses termos que o grupo de forma recorrente se apropria de eventos de natureza separatista no passado, sobretudo durante o período Regencial e Imperial, e evocam a memória para sustentar seus ideais no final do século XX e início do século XXI.

Os três estados, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, reafirmam sucessivamente elementos identitários ligados a origem da imigração europeia, aliado das tradições inventadas, sobretudo no Rio Grande do Sul, mas que é difundido nas três Unidades Federativas brasileiras. Mesmo que muitos sulistas acreditem que a “[...] identidade nacional brasileira nunca poderia existir plenamente em função das diferenças de origem, costumes e tradições perpetuadas por uma história muito peculiar a cada porção do país” (FALCÃO, 2000, p. 366), os defensores da unidade nacional consideram a quebra desta, além de inconstitucional, uma questão para superar as diferenças existentes para que haja uma convivência genuinamente republicana, cidadã e solidária (FALCÃO, p. 337-338).

O uso abusivo da memória, que por vezes está implícito nos discursos, no qual aproxima a acontecimentos de díspares ocorridos em séculos passados é constante, principalmente ao que toca a Revolução que ocorreu em território sulino, a Farroupilha.

Além disso, o que se encontra com mais regularidade no discurso do movimento são elementos que procuram dar uma homogeneidade à identidade dos indivíduos do Sul, através dos traços deixados pela imigração europeia. Valores éticos como o trabalho, a religiosidade bem como a cultura, estão entre os pontos mais abordados para o quesito da diferenciação do restante do País. Ao lado disso, há os argumentos da retórica dos impostos, a representatividade em número de parlamentares e os momentos de crise e instabilidade política no país, no qual não acreditam mais no sistema Federativo, alegando que o Brasil não teria dado certo. Mas apesar dos argumentos tributários serem constantes nas declarações do movimento, acreditamos que o movimento se legitima frente a seus adeptos recorrendo a afirmações identitárias marcadas pelo preconceito geográfico.

Afinal, o grupo Sul é O Meu País recorre a uma afirmação identitária baseada em uma narrativa a respeito da história da região Sul. Mesmo que o grupo ignore grande parte da produção acadêmica a respeito do tema, nessa monografia buscamos destacar as implicações da história pública diante dos usos do passado. Num momento de crise institucional do governo brasileiro, o grupo aproveita para disseminar uma compreensão de superioridade frente a outras regiões, marcada pela branquitude e com ela todos os que acabaram sendo valores positivados socialmente na região. Por isso, mesmo que a secessão não se consuma, a difusão do movimento já diz muito a respeito da ascensão de posições políticas marcadas pela discriminação geográfica e étnica. Por isso, nosso estudo, ainda inicial, apresenta a necessidade de aprofundamento em novos estudos que possam ajudar a compreender a emergência de um fenômeno tão singular no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

FONTES:

DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2ª Edição, Brusque: Gesul, 2016.

FRANCO, J. Nascimento. Criminosa invasão da Chechênia. **Jornal do Movimento**. Ano II – edição n. 20. Novembro/dezembro de 1994, p.04.

OLIVEIRA, Sérgio Alves. **Independência do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

PRF – **Partido da República Farroupilha**: Apresentação, Manifesto, Programa. Porto Alegre: Comissão Diretora Nacional Provisória, dezembro de 1990.

JORNAIS:

Jornal do Movimento. Ano II, Edição número 04. Janeiro de 1993.

Jornal do Movimento. Ano II – Edição número 15 – Janeiro/Fevereiro de 1994.

Jornal do Movimento. Ano II – edição n. 20. Novembro/dezembro de 1994.

Jornal do Movimento. Ano III- Edição número 22 – Março de 1995.

Jornal do Movimento. Ano XII – Número 44 Maio de 2004.

Revista Sul Livre. Ano 01. Janeiro de 2007. P.

Panfleto de divulgação da consulta popular realizada pelo do movimento O Sul é o Meu País em 2016.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar: As Fronteiras da Discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **As Raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988
- BENTO, Maria Aparecida Silva, CARONE, Iray (orgs). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de, **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã**. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora Univali, 2000.
- GOLIN, Tau. **Identidades: Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo. Clio Méritos, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro, 2006.
- HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In **Vária História**. Belo Horizonte, vol. 22, n.36: p.261-273, Jul/Dez 2006.
- HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 3ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Cultura Gaúcha e Separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jataby. **Uma Certa Revolução Farroupilha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão**

racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VOIGT, André. **A Invenção do Teuto brasileiro**. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2013.